

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

MARIANA DUARTE DE LIMA MOSER

**SENTIDO DE TRABALHO PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE
VULNERABILIDADE SOCIAL**

CURITIBA

2024

MARIANA DUARTE DE LIMA MOSER

**SENTIDO DE TRABALHO PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE
VULNERABILIDADE SOCIAL**

**MEANING OF WORK FOR WOMEN IN A SITUATION OF SOCIAL
VULNERABILITY**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Tecnologia e Sociedade do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Orientadora: Professora Dra. Maria Sara de Lima Dias.

CURITIBA

2024



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Esta licença permite compartilhamento, remixe, adaptação e criação a partir do trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es). Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.



**Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Campus Curitiba**



MARIANA DUARTE DE LIMA MOSER

SENTIDO DE TRABALHO PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Trabalho de pesquisa de mestrado apresentado como requisito para obtenção do título de Mestre Em Tecnologia E Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Área de concentração: Tecnologia E Sociedade.

Data de aprovação: 13 de Dezembro de 2023

Dra. Maria Sara De Lima Dias, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dra. Denise De Camargo, Doutorado - Universidade Tuiuti do Paraná (Utp)

Dra. Nanci Stancki Da Luz, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Documento gerado pelo Sistema Acadêmico da UTFPR a partir dos dados da Ata de Defesa em 13/12/2023.

AGRADECIMENTOS

Essa dissertação de mestrado é a realização de um objetivo profissional importante ansiado há muito tempo. E algumas pessoas fizeram parte dessa fase da minha vida, e a elas desejo expressar minha gratidão.

Agradeço, em primeiro lugar as mulheres participantes da pesquisa, que gentilmente compartilharam a riqueza de suas histórias de vida, sem elas nada disso seria possível.

Agradeço imensamente a minha orientadora Profa. Dra. Maria Sara de Lima Dias, por estar junto nessa jornada compartilhando todo seu conhecimento, por sua disponibilidade e orientações valiosíssimas.

A Fundação de Ação Social de Curitiba, meu local de trabalho, onde desenvolvi a pesquisa, pela permissão de estar realizando o estudo nesse espaço.

Gostaria de deixar registrado também, o meu reconhecimento à minha família, pois sem o apoio deles seria muito difícil concluir esse desafio. Ao meu marido Sandro Aparecido Bento de Souza pelo apoio, compreensão, e torcida nessa jornada. A minha filha Liz Moser de Souza, amor da minha vida, pela paciência nos momentos em que a mãe não estava tão disponível. A minha mãe Auristela Duarte de Lima Moser, primeiro por ser um exemplo de pesquisadora e por seu apoio com minha filha nos momentos de maior demanda. Ao meu pai Antônio Moser por oferecer todo suporte necessário nos momentos que precisei me dedicar mais intensamente a esse trabalho.

Enfim, a todos os que por algum motivo contribuíram para a realização desta pesquisa, deixo meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

MOSER, Mariana Duarte de Lima. **Sentido de Trabalho para Mulheres em Situação de Vulnerabilidade Social**. 2024. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade), Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2023.

Na Política de Assistência Social constata-se um atendimento majoritário para mulheres, as quais buscam o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) em número superior aos homens. Elas são muitas vezes gestoras das famílias e provedoras do lar, com trabalhos formais ou informais e com características de precarização. A presente pesquisa teve por objetivo geral investigar o sentido do trabalho para mulheres em situação de vulnerabilidade social, inseridas nas ações da Política Pública da Assistência Social no município de Curitiba, e por objetivos específicos teve-se: refletir sobre como a vulnerabilidade social influencia o sentido de trabalho; pesquisar de que forma o sentido de trabalho contribui para a busca de autonomia dessas mulheres; e identificar as contribuições das ações propostas pela Política de Assistência Social relativas ao trabalho para o público pesquisado. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo e descritivo, envolvendo pesquisa de campo. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com oito participantes de idade entre 21 e 65 anos, que foram transcritas e submetidas à análise de conteúdo sob a perspectiva da psicologia histórico-cultural e da teoria da subjetividade. Como resultado do processo de análise, concluiu-se que a produção de sentido do trabalho destas mulheres está relacionada com o contexto histórico, social e cultural e com a visão de mundo construída por este grupo social, tendo, portanto, relação direta com a atribuição de valor ao trabalho, bem como com a vivência da situação de vulnerabilidade social. Com o desenrolar das entrevistas, emergiram categorias empíricas de análise a partir das quais buscou-se contemplar os objetivos propostos. Algumas delas respondem à questão das vulnerabilidades que atravessam os sentidos de trabalho e influenciam diretamente a relação com o trabalho na sua busca por sobrevivência e autonomia; são elas: a vivência do trabalho infantil, o trabalho de cuidadora da família, a divisão sexual do trabalho, o trabalho precarizado, o adoecimento e a ausência de lazer. A categoria empírica do trabalho para além do aspecto financeiro, traz como o sentido contribui para a busca de autonomia, pois elucida aspectos positivos que superam a questão da geração de renda, além de sonhos e projetos de vida expressos durante as falas. As ações da política de assistência social aparecem como um apoio necessário à superação das vulnerabilidades enfrentadas; porém, ao mesmo tempo, depender da assistência social, mesmo que momentaneamente, pode ser visto com um certo constrangimento. Tais resultados podem contribuir para o embasamento da atuação e prática dos psicólogos que trabalham na Política de Assistência Social, ao destacar a importância de identificar os processos de subjetividade voltados para a emancipação das mulheres atendidas.

Palavras-chave: Mulheres; Política de assistência social; Sentido do trabalho; Vulnerabilidade social.

() Não autorizo a disponibilização de endereço de correio eletrônico para contato.

(x) Autorizo a disponibilização do seguinte correio eletrônico para contato:
marianamoser@alunos.utfpr.edu.br

ABSTRACT

MOSER, Mariana Duarte de Lima. **Meaning of Work for Women in Situations of Social Vulnerability**. 2024. Thesis (Master in Technology and Society), Federal Technological University of Paraná, Curitiba, 2023.

In the Social Assistance Policy there are a majority of services for women. They go to the Social Assistance Reference Center (CRAS) in greater numbers than men, they are often family administrators and breadwinners, with formal or informal jobs and with precarious characteristics. The general objective of this research was to investigate the meaning of work for women in situations of social vulnerability, included in the actions of the Public Social Assistance Policy in the Municipality of Curitiba, and the specific objectives were: to reflect on how social vulnerability influences the meaning of work; to investigate how the meaning of work contributes to these women's search for autonomy; to identify the contributions of the actions proposed by the Social Assistance Policy related to work for the investigated public. This is a qualitative, descriptive research that involves field research. Semi-structured interviews were conducted with eight participants aged between 21 and 65 years old, which were transcribed and subjected to content analysis from the perspective of historical-cultural psychology and the theory of subjectivity. As a result of the analysis process, it is concluded that the production of meaning in the work of these women is related to the historical, social, and cultural context, and the worldview constructed by this social group. Therefore, it is directly related to the attribution of value to work as well as the experience of social vulnerability. As the interviews developed, empirical categories of analysis emerged from which we sought to contemplate the proposed objectives, namely: experience of child labor, family caregiver work, sexual division of labor in the family, precarious work, illness, and lack of leisure. They respond to the question of the vulnerabilities that cross the meanings of work, since they directly influence the relationship with work in its search for survival and autonomy. The empirical category of work, beyond the financial aspect, shows how meaning contributes to the search for autonomy, as it elucidates positive aspects that go beyond the question of income generation, in addition to dreams and life projects expressed during the speeches. The actions of the Social Assistance Policy appear as a necessary support to overcome the vulnerabilities faced, but at the same time, depending on Social Assistance, even momentarily, is seen with a certain shame. Such results can contribute to the basis of the work and practice of psychologists who act in Social Assistance Policy, by highlighting the importance of identifying the processes of subjectivity oriented to the emancipation of the women served.

Keywords: Women; Social assistance policy; Sense of work; Social vulnerability.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. MARCO TEÓRICO	10
2.1. Do significado ao sentido do trabalho	10
2.2. Vulnerabilidade social	13
2.3. Psicologia social e o desafio da atuação na Política Pública de Assistência Social.....	17
2.4. Campo CTS - Ciência, Tecnologia e Sociedade	19
3. OBJETIVOS	22
3.1 Objetivo geral da pesquisa proposta	22
3.2 Objetivos específicos da pesquisa.....	22
4. REVISÃO DE LITERATURA: PESQUISA EM BASE DE DADOS.....	23
5. PERCURSO METODOLÓGICO.....	31
6. ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO.....	34
6.1 Categorias empíricas de análise.....	35
6.1.1 Trabalho infantil	37
6.1.2. Trabalho precarizado	40
6.1.3 Divisão sexual do trabalho	42
6.1.4 Função de cuidadora da família	48
6.1.5 O adoecimento.....	53
6.1.6 Ausência de lazer	56
6.1.7 O trabalho para além do aspecto financeiro	58
6.1.8 Política pública: consequências de sua presença ou ausência	65
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS	76
ANEXO I	88

1. INTRODUÇÃO

Pode-se observar na Política de Assistência Social um atendimento predominante para mulheres. Elas buscam os serviços em número superior aos homens, são em sua maioria a referência familiar, gestoras das famílias e provedoras do lar, principalmente através de trabalhos informais. O interesse pelo tema de pesquisa surgiu devido à experiência profissional da pesquisadora, que atua na, na Fundação de Ação Social de Curitiba. A autora é psicóloga há 16 anos e trabalha nessa política há 15 anos. Durante esse período, esteve em Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e também na sede da Fundação de Ação Social (FAS), onde atuava especificamente com programa de geração de renda que atendia mulheres artesãs. No momento, encontra-se lotada no CRAS Fazendinha, localizado no bairro Fazendinha, Regional Portão.

A pesquisa se propôs a investigar o sentido do trabalho para essas mulheres atendidas no CRAS, sentido este que é atravessado pelas vulnerabilidades sociais vividas, além de buscar entender como as ações da política pública se relacionam com a possibilidade ou não de obter melhorias significativas em suas vidas. Para tanto, abordaram-se mulheres voluntárias, inseridas em ações da Política de Assistência Social no CRAS Fazendinha.

Importante ressaltar que esta pesquisa ocorreu no período pós-pandemia de COVID-19, que além das consequências de saúde, também trouxe impactos sociais. Muitas pessoas tiveram redução de renda ou ficaram desempregadas, e pôde-se observar um aumento na procura pelos serviços de assistência social. Esta demanda veio inclusive por pessoas que nunca haviam precisado destes atendimentos, pois possuíam fontes de renda advindas do trabalho. Algumas famílias também perderam sua renda devido ao falecimento de provedores (as), agravando quadros de vulnerabilidade social já existentes e levando pessoas a situações de necessidades que não existiam anteriormente. Mesmo não sendo o foco da pesquisa, faz-se importante citar que essa vivência está presente nas falas das entrevistadas, que manifestaram situações de emergência de saúde como falta de leito no auge da pandemia, perda de trabalho e doenças graves de familiares.

Sobre o histórico da Política de Assistência Social, a Constituição de 1988 foi um grande avanço para sua construção, na medida em que a colocou como

direito e política de seguridade social não contributiva (BRASIL, 1988). No entanto, para que os direitos constitucionais fossem assegurados, foi necessária uma legislação ordinária. Passaram-se cinco anos até que se conseguisse a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social, promulgada em 1993 (Lei n. 8.742/93), que rompe com a visão assistencialista e rejeita a tutela da população usuária dos serviços, abrindo possibilidades de desenvolvimento da autonomia e do protagonismo dos sujeitos por meio das oportunidades de acesso a benefícios e serviços (BRASIL, 1993). Dando continuidade ao processo democrático instituído no país, tiveram início as Conferências da Assistência Social, sendo que a primeira ocorreu em novembro de 1995. Em dezembro de 2003, realizou-se a IV Conferência de Assistência Social, que apontou como principal deliberação a construção e implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), requisito essencial da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), para dar efetividade à assistência social como política pública. Em novembro de 2004, aprovou-se a Política Nacional de Assistência Social, que tem como forma de gestão a implantação do SUAS.

Os serviços do SUAS são organizados em níveis de proteção. A Proteção Social Básica tem por objetivo prevenir situações de risco e visa atender a população em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social. O equipamento de referência é o CRAS. Já a Proteção Social Especial é destinada a pessoas em situação de risco pessoal e social como, por exemplo, ocorrência de abandono, maus-tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua e situação de trabalho infantil. Essa proteção é dividida em média e alta complexidade. Na média complexidade, o equipamento de referência é o CREAS, que atua em situações onde os direitos estão violados, mas os vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. Já os serviços de alta complexidade garantem a proteção integral aos indivíduos que estão com os vínculos rompidos, encontram-se sem referência ou em situação de ameaça e necessitam ser retirados do núcleo familiar (BRASIL, 2004).

Conforme a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), o CRAS é uma unidade pública municipal de assistência social localizada em área de maior índice de vulnerabilidade e risco, presta serviços e desenvolve programas

socioassistenciais de proteção social básica às famílias. Desenvolve também a articulação destes serviços no seu território de abrangência, visando potencializar a proteção social, atuando na perspectiva da intersetorialidade (BRASIL, 2004). Conforme guia de orientação técnica, o CRAS é também uma unidade efetivadora da referência e contrarreferência do usuário na rede socioassistencial do SUAS, bem como de referência para os serviços das demais políticas públicas. O guia coloca ainda que o CRAS deve ser a “porta de entrada” dos usuários na rede de proteção social básica do SUAS. É, enfim, um equipamento onde são realizados os serviços e desenvolvidas as ações do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), sendo que também pode ser o lugar onde são ofertados outros serviços, programas, projetos e benefícios de proteção básica relativos às seguranças de rendimento, autonomia, acolhida, convívio ou vivência familiar e comunitária, e de sobrevivência a riscos circunstanciais. O público prioritário de atendimento são as famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família ou inscritas no Cadastro Único para programas sociais (BRASIL, 2009a).

Entre as atuações da Política de Assistência Social, existem as ações para acesso ao mundo do trabalho, organizadas conforme orientações do Programa Nacional de Promoção e Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS Trabalho). Este programa visa “ações articuladas das políticas públicas de trabalho, emprego e renda além de mobilização e encaminhamento das pessoas em vulnerabilidade e risco social para políticas de trabalho e emprego” (BRASIL, 2013, p.7). O documento orientador deste programa coloca que não é função da política de assistência social executar cursos de inclusão produtiva, mas mobilizar a população e sensibilizar os usuários, além de acompanhar suas trajetórias. No município de Curitiba, no entanto, há uma diferença, pois a política de trabalho e emprego do município está dentro da FAS, órgão que tem como principal função a gestão da política de assistência social. As ações dessas duas políticas, portanto, ficam bastante próximas. Além de encaminhamento para cursos de qualificação profissional, tem-se por objetivo algumas aquisições por parte da população atendida, que envolve a emancipação, reconhecimento do trabalho como um direito, reconhecimento de capacidades, protagonismo na busca de direitos e espaços relacionados ao mundo do trabalho. Visa-se com essas aquisições melhoria na qualidade de vida através do desenvolvimento

pessoal, relações interpessoais, inclusão social e acesso a direitos (BRASIL, 2013).

Diante de todo o exposto, também considera-se que esse tema de pesquisa é compatível com o campo Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), especificamente na linha de pesquisa Tecnologia e Trabalho, pois propõe-se a investigar o conceito de trabalho, relações de trabalho e a subjetividade envolvida nessa área da vida humana, além de considerar que as políticas sociais podem ser compreendidas como tecnologias sociais.

2. MARCO TEÓRICO

Este estudo foi baseado na relação entre o campo social da política pública da assistência social e sua dimensão subjetiva. Para esse objetivo, implicou-se aprofundar algumas categorias teóricas de pesquisa relativas ao trabalho para mulheres em situação de vulnerabilidade social.

O estudo foi baseado no referencial teórico da psicologia social de base histórico-cultural e do campo CTS. Este capítulo se encontra didaticamente subdividido nos seguintes tópicos: do significado ao sentido do trabalho; vulnerabilidade social; psicologia social e desafio da atuação na política pública de assistência social; e o campo CTS.

Esta pesquisa foi fundamentada na epistemologia qualitativa, que busca a compreensão dos conceitos teóricos e na qual o papel da pesquisadora não consiste simplesmente em descrever a realidade, mas explicá-la. Conforme González Rey (2005), a pesquisa é um processo construtivo e interpretativo; assim, caminhamos em busca da construção do conhecimento que desvele a realidade a ser pesquisada.

2.1. Do significado ao sentido do trabalho

A temática do trabalho é ampla e diversa, podendo ser abordada através de diferentes referenciais, focos e teorias. Nesta pesquisa, pretendeu-se abordar o tema no que diz respeito ao sentido do trabalho. O trabalho possui uma centralidade na vida dos seres humanos. Em seu sentido mais genérico e abstrato, é produtor de valor de uso e também expressão da relação entre o ser social e a natureza. A busca de uma vida cheia de sentido encontra no trabalho seu locus primeiro de realização; uma vida sem sentido no trabalho é incompatível com uma vida cheia de sentido fora deste (ANTUNES, 2013). Para Bendassolli e Gondim, "o trabalho permite a integração entre significados e sentidos construídos na relação do sujeito com o mundo, pela mediação de sua atividade" (2014, p.133).

Contudo, considerando que o sentido é mutável e indissociável de seu contexto histórico e social, é importante considerar como as mudanças mais recentes no mundo do trabalho o afetam.

Assistimos hoje a transformações importantes no mundo do trabalho. Novas formas de organização aparecem, e a natureza se modifica. Observamos o desaparecimento de empregos permanentes e, simultaneamente, aparecem novas tecnologias e formas inovadoras de organização do trabalho. Ao mesmo tempo em que milhares de pessoas sofrem pela falta de uma vaga, outras sofrem pelo fato de terem que trabalhar excessivamente (MORIN, 2001, p. 9).

A dinâmica do capitalismo, com sua lógica de desigualdade e exploração da mão de obra, tem papel fundamental no sentido atribuído ao trabalho pelos sujeitos. Antunes (2013) defende que uma vida cheia de sentido, com afloramento de subjetividade autêntica, é uma luta contra esse sistema, uma ação de classe do trabalho contra o capital.

Para tratar da produção dos sentidos do trabalho, pretendeu-se refletir sobre como a vulnerabilidade social, presente na vida das mulheres entrevistadas, influencia esses sentidos e como isso contribui para sua busca por autonomia. Segundo Dias (2009),

As dinâmicas dos sentidos envolvem múltiplas facetas históricas, processuais e complexas, por isso não se pode referir a um único sentido e absoluto sobre o trabalho, porém o sentido demarca uma interpretação do relacionamento entre o ser humano e o seu mundo, ou sua visão de mundo (DIAS, 2009, p. 23).

Existe uma tendência em considerar o público atendido pela Política de Assistência Social como uma categoria homogênea, quando na verdade ele é muito diverso. Cada sujeito se relaciona com o trabalho de maneira diferente, influenciado pelo contexto social e história de vida, nos quais a centralidade do trabalho está presente na maioria das vezes descolada de outros processos sociais, como da escola. Os contextos culturais e sociais nos quais estas mulheres se inserem se caracterizam pela predominância de valor social atribuído ao trabalho, que significa a própria sobrevivência da estrutura familiar, determinando uma inserção precoce de tais mulheres em atividades produtivas.

As categorias sentido e significado são bastante difundidas na literatura da psicologia, usada por várias teorias e também pela linguística e análise do discurso, o que determina vários significados diferentes relacionados à categoria sentido (GONZÁLEZ REY, 2007). Nesta pesquisa, buscou-se o embasamento a partir da psicologia histórico-cultural de Vygotsky, que ao final de sua obra introduz a categoria sentido nessa perspectiva:

O sentido de uma palavra é o agregado de todos os fatos psicológicos que aparecem em nossa consciência como resultado da palavra. O sentido é uma formação dinâmica, fluida e complexa, que tem várias zonas que variam na sua estabilidade. O significado é apenas uma dessas zonas do sentido que a palavra adquire no contexto da fala (Vygotsky, 1987, p. 275-276).

Vygotsky defende que há unidade no fenômeno psicológico; portanto, significado e sentido são interligados e se relacionam dialeticamente. O sentido não é fixo; ele se modifica conforme as vivências individuais além de mudanças sociais e históricas. Os signos e significados são transmitidos culturalmente e, no seu contexto, conforme a linguagem entrelaça os conteúdos afetivos, ela passa a ter um significado maior do que a palavra isolada. Essa é uma orientação para o sentido. No mundo atual, as instituições intermediárias podem fazer a ponte entre o sujeito e o macrosistema social (VYGOTSKY, 1998). Assim, pertencer a um grupo de vulnerabilidade social faz sentido e constitui-se na consciência humana, através dos processos sociais e da formação histórico-social.

González Rey (2001) parte da categoria sentido desenvolvida por Vygotsky e avança no conceito de sentido subjetivo, desenvolvendo uma teoria da subjetividade de base histórico-cultural.

A nossa definição de categoria sentido subjetivo orienta-se a apresentar o sentido como momento constituinte e constituído da subjetividade, como aspecto definidor desta, enquanto é capaz de integrar formas diferentes de registro social (social, biológico, ecológico, semiótico, etc.) numa organização subjetiva que se define pela articulação complexa das emoções, processos simbólicos e significados (González Rey, 2001, p. 18).

Com a categoria de sentido subjetivo, o autor compreende a subjetividade como um nível de produção psíquica, inseparável dos contextos sociais e culturais (GONZÁLEZ REY, 2007).

O sentido, portanto, vai muito além de uma esfera individual, estando interrelacionado com o contexto histórico, social e cultural. As transformações no mundo do trabalho, com o aumento do desemprego, precarização, flexibilização de relações trabalhistas e a própria dinâmica de funcionamento do sistema capitalista, estão presentes nas vivências dos sujeitos e podem alterar os sentidos do trabalho. A visão do trabalho e do mundo construída tem relação

direta com os significados e os sentidos atribuídos ao trabalho. Assim, de maneira complexa, a vivência da vulnerabilidade social de certa forma irá atravessar esses sentidos, que têm uma relação entre as experiências do trabalho.

O trabalho no coletivo tem o significado comum e muitas vezes compartilhado de sobrevivência e produção material da existência. O significado é da ordem do coletivo, devido ao contexto social e cultural. No entanto o sentido atribuído ao trabalho é variável, posto que se relaciona com a subjetividade dos sujeitos. Considerando a forma como cada pessoa vivencia as experiências práticas do trabalho, e a sua própria capacidade de produzir bens e serviços, tal vivência permite a produção de novos sentidos como um elemento decisivo na política pública. A forma de interação com novas culturas de trabalho e aprendizagens sobre o mundo do trabalho possibilita produzir novos significados e sentidos para ele, o que tem importância para este estudo, tendo em vista que as políticas de assistência social focalizam as consequências do trabalho na vida das pessoas em situação de vulnerabilidade.

2.2. Vulnerabilidade social

A categoria vulnerabilidade é importante para a construção das práticas do(a) psicólogo(a) no âmbito do SUAS, principalmente no que se refere à heterogeneidade dos sujeitos e contextos. Segundo Monteiro (2012):

A emergência da temática da vulnerabilidade social se dá nos anos 90, a partir do esgotamento da matriz analítica da pobreza, que se reduzia a questões econômicas. Essa tendência vem sendo difundida, sobretudo por organismos internacionais, entre estes destacam-se Organização das Nações Unidas-ONU, Banco Mundial e CEPAL. Portanto essas ideias vêm sendo difundidas como pressupostos orientadores para a consolidação de políticas sociais (MONTEIRO, 2012, p. 31).

Esse termo surge, portanto, a partir da necessidade de ampliar o foco para além da questão econômica. Ele está muito presente na área da assistência social, constando em documentos orientadores e normativas. Aparece como um norte para a definição do público prioritário para atendimento, como consta, por

exemplo, na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, que define o público-alvo das ações da Proteção Social Básica:

Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social residentes nos territórios de abrangência dos CRAS, em especial:

- Famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais;
- Famílias que atendem os critérios de elegibilidade a tais programas ou benefícios, mas que ainda não foram contempladas;
- Famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por algum de seus membros;
- Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social (BRASIL, 2009b).

Apesar de citar a vulnerabilidade social e apresentar uma breve visão do que ela seria para a política, considera-se que é um conceito mais amplo e complexo. É um campo conceitual composto por concepções e dimensões diversas que envolvem o enfoque econômico, ambiental, da saúde, direitos, entre outros, porém cabe enfatizar que é um conceito em construção devido a sua complexidade (MONTEIRO, 2012). Tendo em vista o exposto, faz-se importante ter em mente essa diversidade de fatores, que vão além da questão da renda, que em muitos momentos acaba sendo o principal enfoque, aparecendo como recorte prioritário e elemento que estrutura a prática. A política, quando determina o público em vulnerabilidade social para atendimento, constrói e delimita um campo subjetivo onde se tem características e identidades relacionadas a esse conceito.

A dimensão da exclusão se faz presente quando fala-se em vulnerabilidade, e esse processo tem forte influência na subjetividade dos indivíduos (GUARESCHI, 2002; PAUGAM, 2002; SAWAIA, 2002a; VÉRAS, 2002; WANDERLEY, 2002).

A dialética inclusão/exclusão gesta subjetividades específicas que vão desde o sentir-se incluído até o sentir-se discriminado ou revoltado. Essas subjetividades não podem ser explicadas unicamente pela determinação econômica, elas determinam e são determinadas por formas diferenciadas de legitimação social e individual, e manifestam-se no cotidiano como identidade, sociabilidade, afetividade, consciência e inconsciência (SAWAIA, 2002a, p. 9).

Os processos sociais de exclusão fazem parte da história do nosso país desde a época colonial, com um Estado que se exime de sua função de integrar

os excluídos e os responsabiliza por sua condição (VÉRAS, 2002). Tal ideia é confirmada por Sawaia (2002a, p. 9), ao declarar que “O poder é constantemente incluído, por mediações de diferentes ordens, no nós que o exclui, gerando o sentimento de culpa individual pela exclusão”.

Na legitimação da exclusão, é necessário encontrar uma vítima expiatória sobre quem descarregar o pecado da marginalização, ou quase genocídio de milhões. Essa vítima é o próprio excluído. O culpado não é um sistema, baseado em relações excludentes, que faz milhões de pobres. Não existe dentro da ideologia liberal, espaço para o social. Por isso o ser humano é definido como um indivíduo, isto é, alguém que é um, mas não tem nada a ver com os outros. O ser humano, pensado sempre fora da relação, é o único responsável pelo seu êxito ou pelo seu fracasso (GUARESCHI, 2002, p. 154).

É importante compreender esse processo dialético de inclusão/exclusão como parte do sistema capitalista, como processo que o alimenta, e não um acaso devido a escolhas individuais. É programado para ser dessa forma; e mantém a ordem social imposta.

Em síntese, a exclusão é processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. É processo sutil e dialético, pois só existe em relação à inclusão como parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou um estado, é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros. Não tem uma única forma e não é uma falha do sistema, devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social, ao contrário, ele é produto do funcionamento do sistema (SAWAIA, 2002a, p. 9).

A vulnerabilidade não existe separadamente de uma concepção de realidade, de relação da pessoa com o mundo, em que por vezes o diferente é visto como sem utilidade econômica, principalmente com as novas tecnologias de produção (VÉRAS, 2002).

Paugam (2002) coloca essa ideia de exclusão utilizando o termo desqualificação social e a define em cinco elementos: 1) a estigmatização dos assistidos(as); 2) o modo de integração que caracteriza a situação dos “pobres”, que permanecem membros da sociedade ao participar do seu último estrato; 3) a crença de que eles/elas permanecem desprovidos de possibilidade de reação mesmo quando dependem da coletividade; 4) a ideia de que os “pobres” constituem uma categoria homogênea, bem determinada; 5) e por último, uma definição das condições histórico-sociais do processo de desqualificação, que

apresentam uma crescente que envolve o elevado nível de desenvolvimento econômico, que leva a uma degradação do mercado de trabalho e fragilidade dos vínculos sociais (PAUGAM, 2002).

Importante considerar, diante de todo o exposto, a atuação da psicologia social comunitária nesses contextos. "É preciso vivenciar a contradição que se expressa na exclusão, desenvolvendo algum nível de consciência da contradição que se vive ao agir" (VÉRAS, 2002, p. 38). Contudo é um grande desafio, pois os trabalhos de combate à exclusão precisam garantir níveis de proteção que possibilitem o exercício da cidadania, o que leva a possibilidade de autonomia à vida dos cidadãos(ãs). Para isso, é preciso romper a relação entre a subordinação, a discriminação e a subalternidade (WANDERLEY, 2002).

Entender que atua-se com um público heterogêneo, e que envolve uma dimensão emocional do sofrimento humano, é uma mudança do olhar estigmatizado para esse público.

Perguntar por sofrimento e felicidade no estudo da exclusão é superar a concepção de que a preocupação do pobre é unicamente sobrevivência e que não tem justificativa trabalhar a emoção quando se passa fome. Epistemologicamente, significa colocar no centro das reflexões sobre exclusão, a idéia de humanidade e como temática o sujeito e a maneira como se relaciona com o social (família, trabalho, lazer e sociedade), de forma que, ao falar de exclusão, fala-se de desejo, temporalidade e de afetividade, ao mesmo tempo que de poder, de economia e de direitos sociais (SAWAIA, 2002b, p. 98).

Uma das grandes contribuições da psicologia social deve ser a de oferecer conceitos e teorias para compreender o subtexto dos discursos dos excluídos, compreendendo a base afetiva-volitiva que os motiva (SAWAIA, 2002b).

A temática da vulnerabilidade é uma das principais bases para as políticas sociais, especialmente para a assistência social. É um campo conceitual complexo, devido à própria heterogeneidade do público atendido, e que envolve diversas situações e condições vivenciadas pelos sujeitos que vão além do precário acesso à renda.

Diante de tudo isso, ainda há a vivência de exclusão, que é uma realidade presente para as pessoas em situação de vulnerabilidade social, que são muitas vezes responsabilizadas por sua condição e não conseguem se ver neste processo dialético como sujeitos de direitos. Neste contexto, a atuação do(a)

psicólogo(a), de forma fundamentada e consciente, tem muito a contribuir para a busca de autonomia dos sujeitos, considerando a dimensão subjetiva das vivências das pessoas atendidas por essa política.

2.3. Psicologia social e o desafio da atuação na Política Pública de Assistência Social

O documento orientador para a atuação dos(as) psicólogos(as) no CRAS reafirma que os serviços, devido às suas especificidades, precisam de um profissional que não tenha somente uma visão individualizada das demandas que surgem, sendo necessária uma construção coletiva e crítica das práticas sociais (BRASIL, 2021). Ao atuar na Política de Assistência Social, o(a) psicólogo(a) tem o desafio de rever a sua prática para além da atuação tradicional da clínica, predominante nas formações acadêmicas.

Os profissionais da psicologia não devem adotar o atendimento psicoterapêutico no CRAS. Assim, esses profissionais não devem “patologizar” ou categorizar os usuários do CRAS nos seus atendimentos, mas intervir de forma a utilizar dos seus recursos teóricos e técnicos para a): compreender os processos subjetivos que podem gerar ou contribuir para a incidência de vulnerabilidade e risco social de famílias e indivíduos b) contribuir para a prevenção de situações que possam gerar ruptura dos vínculos familiares e comunitários e c) favorecer o desenvolvimento da autonomia dos usuários do CRAS. Esses profissionais devem fazer encaminhamentos psicológicos para os serviços de saúde quando necessário (BRASIL, 2009a, p.65).

Por esse motivo, a formação do(a) profissional de psicologia precisa considerar essas novas configurações dos espaços de intervenção e dar respostas ao desafio de formar profissionais que entendam de políticas públicas (MENZ *et al.*, 2015). É importante que o profissional tenha a dimensão da complexidade e dos diversos atores envolvidos:

Falar em políticas públicas significa falar de uma teia complexa de relações em que vários atores estabelecem diferentes modos, mediações mais ou menos tensas e conflitivas, guiadas por interesses e preocupações em torno do atendimento das necessidades da população. Na atualidade, observa-se que vários personagens se alinham no cenário de negociação para a implementação, o acompanhamento, a avaliação e a destinação de recursos para uma dada política pública e implementação de programas de intervenção comunitária (FREITAS, 2015, p. 34).

Há uma aproximação entre o campo da psicologia social comunitária e o das políticas públicas no que diz respeito a alguns pressupostos na relação com a comunidade: a) valorização do conhecimento popular; b) horizontalidade e diálogo nas relações com a comunidade; c) ênfase nas necessidades sentidas que vão além da dimensão objetiva e que são fruto de condições sociais e históricas (FREITAS, 2015). Nesse contexto, a psicologia de base histórico-cultural é um embasamento epistemológico importante para a atuação. Para Menz *et al.* (2015), a perspectiva de homem e de mundo na psicologia social comunitária está embasada na construção sócio-histórica. Os que trabalham nas comunidades neste referencial precisam desenvolver trabalhos de fortalecimento da comunidade com a compreensão de que as situações de dominação são passíveis de modificação, pois elas não são inerentes a alguém ou a algum grupo, mas pertencem a este alguém ou grupo devido às circunstâncias. Desnaturalizar essas situações de opressão deve ser um princípio do trabalho dos(as) psicólogos(as) que atuam no CRAS, para garantir cidadania a partir do pressuposto de que a assistência social é um direito.

A formação do(a) profissional psicólogo(a), diante do exposto, apresenta alguns desafios: a coerência entre a ação e o recorte epistemológico; o compromisso com a comunidade e a superação da prática tradicional; o fazer psicossocial e a centralidade da comunidade; metodologias participativas e comunitárias, e novas epistemologias para novos cenários (FREITAS, 2015). O documento orientador para a atuação dos(as) psicólogos(as) considera que:

Também uma série de profissionais, (muitos recém-formados), encontram nesses espaços disposição para atuação profissional que coloca em destaque uma ação que possui, entre outros elementos, um caráter comunitário, para amenizar os efeitos da questão social, que, mais do que nunca, é profunda em sua complexidade e adquire extensas proporções. Além de desempenharem atividades que garantem a constituição e o acesso a uma rede de serviços no território em que as populações atendidas vivem e constroem suas experiências como sujeitos políticos (BRASIL, 2021, p. 39).

O que observa-se muitas vezes, porém, é que a equipe técnica, incluindo os(as) psicólogos(as), atua com um conjunto de práticas caóticas e superficiais, com intervenções pontuais à população, o que gera um sentimento de impotência de transformação social (DIAS, 2015). Mesmo com o tempo de

implantação da PNAS, e inserção dos(as) psicólogos(as) no serviço, segundo o próprio documento orientador (BRASIL, 2021),

(...) parece que ainda precisa-se avançar na apropriação de um corpo conceitual e técnico da Psicologia que esteja voltado para a promoção da emancipação das famílias e comunidades, pois, em algumas falas, há muito mais a identificação da necessidade da aproximação de um 'modelo sociocomunitário', do que a nitidez sobre o que significa uma atuação pautada dessa forma (BRASIL, 2021, p. 22).

Martin-Baró (1996), com a psicologia da libertação, propõe que uma das principais tarefas do(a) psicólogo(a) é a conscientização: "se está propondo que o fazer do psicólogo busque a desalienação das pessoas e grupos, que as ajude a chegar a um saber crítico sobre si próprias e sobre sua realidade" (MARTÍN-BARÓ, 1996, p.17). Para isso, é necessária uma mudança nas perspectivas teóricas e práticas tradicionais. Uma reflexão sobre a prática profissional, portanto, deve ser contínua e baseada em uma práxis que pressuponha a execução do trabalho fundamentado na teoria com as duas dimensões intrinsecamente relacionadas e atreladas à reflexão crítica. Mesmo tendo-se avançado no entendimento do papel do(a) psicólogo(a) dentro da assistência social, ainda percebe-se que a superação das práticas tradicionais, individualizadas e não contextualizadas faz-se necessária.

2.4. Campo CTS - Ciência, Tecnologia e Sociedade

Houve momentos na história em que se reivindicou a separação entre a ciência e tecnologia da sociedade. Solicitou-se autonomia em relação à interferência política e da sociedade civil, que ficou evidente principalmente em um contexto de pós-Segunda Guerra Mundial devido às interferências políticas que ocorreram nos processos científicos e de desenvolvimento tecnológico. Entretanto esse afastamento extremo trouxe consequências, algumas desastrosas, para a sociedade e meio ambiente, com início principalmente no final dos anos 50. Entre essas, pode-se citar os acidentes nucleares, intoxicações e sequelas de medicamentos como a Talidomida, e questões de saúde relacionadas ao uso indiscriminado de agrotóxicos.

Uma crítica e reaproximação, portanto, fazem-se necessárias, e é o que problematiza o campo da ciência CTS. Esse campo, segundo García Palacios et al. (2003), é um:

(...) campo de trabalho acadêmico cujo objetivo de estudo está constituído pelos aspectos sociais da ciência e da tecnologia, tanto no que concerne aos fatores sociais que influem na mudança científico-tecnológica, como no que diz respeito às consequências sociais e ambientais (GARCÍA PALACIOS *et al.*, 2003, p. 119).

Esse campo traz um conceito ampliado de tecnologia, que vai além do aparato tecnológico, e com essa perspectiva é possível entender a política pública como uma tecnologia. Para uma transformação da sociedade, é necessária uma nova forma de fazer ciência, que vise a resolução de problemas sociais. Dagnino (2007) fala sobre o modelo cognitivo de política. Nessa abordagem, o autor considera que é possível fazer uma análise crítica das políticas públicas evidenciando que são determinadas por interesses e valores dos atores envolvidos em sua elaboração.

(a) um problema social não é uma entidade objetiva que se manifesta na esfera pública de modo naturalizado, como se ela fosse neutra e independente em relação aos atores - ativos e passivos - do problema; (b) não há situação social problemática senão em relação aos atores que a constroem como tal; (c) reconhecer uma situação como um problema envolve um paradoxo, pois são justamente os atores mais afetados os que menos tem poder para fazer com que a opinião pública (e as elites de poder) a considere como problema social; (d) a condição de penalizados pela situação-problema dos atores mais fracos costuma ser obscurecida por um complexo sistema de manipulação ideológica que, com seu consentimento, os prejudica (DAGNINO, 2007).

A situação-problema é a base para a elaboração de políticas públicas, porém fica evidente que os mais interessados (as), os (as) mais afetados(as) pelos problemas, são exatamente os (as) que têm menor poder de decisão e influência na elaboração destas políticas. Para Dagnino (2007), os atores mais fracos não conseguem influenciar a agenda decisória, pois nem sequer são capazes de formular uma agenda particular, muitas vezes por não terem consciência clara dos problemas que os prejudicam, e portanto, não participam do processo de decisão.

Por esse motivo, tornam-se importantes essa reflexão e crítica por parte dos(as) profissionais e pesquisadores (as), para que as políticas públicas sejam de fato efetivas na resolução dos reais problemas da população.

Quando se trata da inclusão social, é fundamental levar em consideração a dimensão tecnocientífica. A proposta da inclusão supõe a geração de conhecimento que seja coerente com os valores e interesses dos excluídos. Conhecimento imprescindível para alavancar processos autos-sustentados, autônomos e autogeridos de inclusão e capazes de romper o ciclo vicioso da exclusão social (DAGNINO, 2014 p. 297).

Esse movimento precisa ser conjunto entre a comunidade local e a comunidade científica, através da pesquisa e do poder público, visando de fato uma transformação da realidade.

A construção deste referencial teórico de base histórico-cultural e do campo CTS visou uma aproximação dos objetivos do estudo. Nos próximos capítulos serão apresentados esses objetivos e também se busca a compreensão do estado da arte das pesquisas envolvendo os conceitos de sentido de trabalho e mulheres em situação de vulnerabilidade social. Foram selecionados para tanto, artigos, teses e dissertações relacionados com a temática.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral da pesquisa proposta

Investigar o sentido do trabalho para mulheres em situação de vulnerabilidade social inseridas nas ações de um CRAS no município de Curitiba.

3.2 Objetivos específicos da pesquisa

Refletir sobre como a vulnerabilidade social influencia o sentido de trabalho;

Pesquisar de que forma o sentido do trabalho contribui para a busca de autonomia dessas mulheres;

Identificar as contribuições das ações propostas pela Política de Assistência Social relativas ao trabalho para o público pesquisado;

Identificar quais são as vulnerabilidades identificadas no sentido de trabalho.

4. REVISÃO DE LITERATURA: PESQUISA EM BASE DE DADOS

A partir da busca de publicações relacionadas com a temática no Google Scholar, entre os anos de 2017 e 2022, selecionaram-se 30 artigos. Estes apresentam sentidos e significados atribuídos ao trabalho enquanto uma possibilidade de atingir objetivos pessoais, garantir a sobrevivência e sair do processo de exclusão. Algumas pesquisas se situam sobre a análise ou contribuição de programas sociais e de capacitação das mulheres vulneráveis. Tais estudos afirmam a discriminação de gênero e a segregação das mulheres em diferentes condições de trabalho.

Percebe-se que esse tema de pesquisa é pouco investigado na perspectiva da população e que há uma escassez de artigos sobre a abordagem da teoria histórico-cultural e na área interdisciplinar. Em geral, a definição de vulnerabilidade social não é problematizada nos artigos encontrados e tampouco nas teses e dissertações localizadas.

Ao pesquisar na base de dados Google Scholar artigos com os termos “mulheres”, “sentidos do trabalho” e “vulnerabilidade social”, no período de 2017 a 2022, foram identificados aproximadamente 15.300 resultados. Foram selecionados, pela leitura dos títulos, 500 artigos. Destes, pela leitura dos resumos, encontrou-se somente 11 diretamente relacionados à temática. Por esse motivo, ampliou-se a pesquisa posteriormente para “subjetividade”, “mulheres” e “vulnerabilidade social”. No total das duas pesquisas foram selecionados 30 artigos mais próximos ao tema da pesquisa.

Um dos artigos selecionados foi o de Figueiró e Bessi (2020), que colocam as cooperativas como uma alternativa possível de geração de renda para diferentes grupos sociais. O objetivo dos autores foi compreender o sentido do trabalho para empreendedores(as) sociais de cooperativas de reciclagem da Região Sul do Brasil. A análise mostrou que embora os cooperados(as) percebam que exercem um trabalho significativo para a sociedade, muitos(as) não lhe atribuem valor em função de preconceitos sofridos ao longo do tempo e internalizados por eles.

Sanchez (2017), em sua pesquisa sobre os significados e os sentidos do trabalho e da carreira de trabalhadores(as) de seis países das Américas (Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, México e Peru), percebeu uma presença

significativa de valores liberais como a autonomia, independência e individualidade. O trabalho é considerado importante para os(as) participantes, mas ao mesmo tempo são narradas outras dimensões da vida do sujeito que ajudam na configuração do sentido e do significado do trabalho e carreira.

Com o objetivo de apresentar as representações sociais sobre empoderamento de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social, Souza (2019) desenvolveu um estudo no município de São Paulo, SP, que obteve como resultado que a representação social sobre o empoderamento se apoia na necessidade de maior informação sobre os direitos, pertencimento e igualdade social.

Em continuidade aos artigos selecionados, Battistelli *et al.* (2018) apresentaram resultados de análise documental realizada a partir dos documentos que legislam e orientam a Política de Assistência Social. Ao rastream expressões como vulnerabilidade, risco e autonomia, apontaram que inicialmente as expressões vulnerabilidade e risco aparecem frequentemente juntas e sem discernimento. Ao longo dos anos, a vulnerabilidade passa a ser conceituada; já a situação de risco se mantém caracterizada somente a partir de exemplos. Autonomia também não é conceituada e ganha maior importância em 2013. Os autores finalizaram com problematizações quanto à homogeneização da população pobre e a possibilidade da universalidade nas políticas públicas sustentarem as desigualdades sociais que deveriam combater.

Sobre empoderamento e autonomia, Winters *et al.* (2018) pesquisaram participantes do Mulheres Mil, com o objetivo de identificar como elas percebem o seu empoderamento e a sua autonomia após a participação no programa. Constataram que as participantes reconheceram a sua realidade, identificaram temáticas relacionadas à violência contra a mulher e ao processo ensino-aprendizagem e, com isso, puderam refletir sobre as suas perspectivas de empoderamento, autonomia e superação da condição de vulnerabilidade.

O estudo de Dupont (2017) propôs discutir o espaço das mulheres no mercado de trabalho, na conjuntura social atual, considerando o contexto cultural. A autora afirma que ainda recaem sobre o sexo feminino as obrigações domésticas e de cuidado com a família, o que gera uma dupla e às vezes tripla jornada de trabalho, influenciando diretamente na qualidade dos empregos adquiridos pelas mulheres, que ficam sujeitas a ocupações mais precárias.

Uma reflexão sobre o conceito de vulnerabilidade social associada à ideia de sociedade de risco, desenvolvida por Ulrich Beck e Anthony Giddens, foi realizada por Silva (2018). Ao discutir sobre quem são os grupos vulneráveis na sociedade através de um recorte de classe e gênero, a autora compreendeu que dentro de uma sociedade que se organiza a partir de um modo de vida capitalista, as mulheres pobres estão em risco extremo.

Paulon e Romagnoli (2018), ao discutirem o conceito de vulnerabilidade no qual se pautam várias das políticas públicas brasileiras, concluem que o trabalho de cuidado pode explorar certa potência presente na vulnerabilidade, tanto no sentido de reforçar movimentos de ampliação de vida nas populações em que se realiza como no sentido oposto.

Sobre dinheiro e trabalho, Barros *et al.* (2018) realizaram um estudo destacando a capacidade de interligar a satisfação das necessidades individuais e a manutenção da ordem social, relatando que tais funções são construídas socialmente na produção dos significados dos referidos fenômenos. Os resultados indicaram que as condições de trabalho precárias e a escassez de dinheiro estruturaram os modos de enfrentamento da realidade.

Santos e Diniz (2018) buscaram compreender as condições de saúde mental de mulheres donas de casa e os fatores geradores de adoecimentos a partir de uma perspectiva feminista, fenomenológica e existencial. Frente à falta de autonomia econômica e de reconhecimento de seus familiares, as donas de casa também têm dificuldades de reconhecer seu valor, afetando a forma de serem e estarem no mundo, o que potencializa o comprometimento de sua saúde mental.

Na pesquisa de Coelho *et al.* (2017), com o objetivo de investigar elementos promotores de satisfação e insatisfação no trabalho de catadoras de materiais recicláveis, emergiram quatro categorias que ilustram vivências de satisfação e insatisfação relacionadas à identificação com as tarefas e com o conteúdo do trabalho: ganhos materiais e pessoais obtidos com a catação; preconceito; desvalorização; e dificuldades nas relações interpessoais.

Ampliando a pesquisa para os termos subjetividade, mulheres e vulnerabilidade social, temos os seguintes artigos e teses no período de 2017 a 2022 que se relacionam com a temática em desenvolvimento. Gemma *et al.* (2017), em seu estudo, analisaram a percepção sobre o trabalho de agentes de

limpeza terceirizadas de uma faculdade pública. As queixas das agentes de limpeza se concentraram nos riscos psicossociais, especialmente relacionados ao estresse e ao assédio moral. As trabalhadoras acreditam no valor de suas atividades, mas manifestaram falta de reconhecimento por parte dos gestores e usuários da instituição.

O trabalho de Tavares e Araujo (2018) teve por objetivo apresentar o Programa Mulheres Mil e discutir seu potencial na emancipação das mulheres atendidas pelo mesmo. A partir dos dados obtidos, inferiram que essa política de gênero permite o acesso a cursos profissionalizantes que podem contribuir para a melhoria de seu potencial produtivo, visando sua inserção no mundo de trabalho sob a perspectiva de melhoria de suas vidas e de suas famílias.

Santos e Carnut (2018), ao analisarem os sentidos do trabalho para os(as) participantes de uma pesquisa-ação denominada “Projeto Geração de Renda”, na região metropolitana de Recife, PE, observaram que o sentido do trabalho aparece como sustento das necessidades da sobrevivência humana e, desta maneira, como potencialidade para a reprodução da vida. Concluíram que há um terreno fértil para a construção de novas relações consigo e com os outros, baseadas nos princípios do movimento da economia solidária.

O estudo de Andrade *et al.* (2018), com o objetivo de analisar o sentido do trabalho para trabalhadoras da educação, egressas da licença maternidade, procurou investigar como as vivências inerentes da maternagem influenciaram no seu modo de trabalho. Além do ensinar e aprender, as mulheres trouxeram em seus discursos a afetividade como fator fundamental para o sentido do trabalho junto às crianças, porém também reconheceram que a busca por profissionalização é de extrema relevância para o desenvolvimento das atividades.

Silva e Azevêdo (2020) mapearam as redes sociais significativas de mulheres de um projeto comunitário, estabelecendo relações com a promoção da saúde. Os autores verificaram que os vínculos significativos estão concentrados nas famílias, na comunidade/projeto comunitário e nas relações de amizade e trabalho. Foram identificados os aspectos referentes à felicidade, solidariedade, corresponsabilidade, humanização e inclusão social. Os resultados apresentam indicadores de promoção da saúde que permitem

desenvolver trabalho, renda e protagonismo nas mulheres para a construção de projetos de vida.

Para Corcetti *et al.* (2018), as técnicas utilizadas na implementação do Programa Mulheres Mil foram capazes de fomentar a equidade de gênero. Concluiu-se, contudo, que o programa não atingiu seu objetivo de incluir produtivamente essas mulheres, pois a maioria delas ainda está desempregada. Notou-se também que o programa tende a reforçar as normas de gênero já existentes. Os autores recomendaram a reestruturação do programa, considerando a adequação de sua metodologia aos projetos de vida das mulheres, bem como à realidade do mercado de trabalho local.

Um estudo com uma perspectiva diferente foi o de Macedo (2020), que é uma docente pesquisadora. Partindo da própria experiência no contexto do distanciamento social provocado pela pandemia de COVID-19, no ano de 2020, a autora realizou uma análise fenomenológica recortando trechos de sua narrativa pessoal que remetessem aos sentidos dessa experiência, interpretando-os com base na literatura sobre COVID-19, trabalho, gênero, mulher, maternidade e docência. Como resultados, percebeu que teve sua qualidade de vida afetada quando não pôde exercer sua função no local de trabalho e foi convocada a assumir sobremaneira as tarefas inerentes a seus papéis para além da profissão, sem sair de casa. Conclui, a autora, sobre possibilidades de enfrentamento e ressignificação do sofrimento na pandemia pela mulher trabalhadora e mãe: assumir e compartilhar o sofrimento; abrir-se a tarefas autorrealizadoras; organizar-se no tempo.

Spinelli-de-Sá e Lemos (2017) tiveram como objetivo apresentar o status da produção científica sobre o sentido do trabalho no Brasil. Entre os resultados, observaram que a produção acadêmica sobre o tema não tem um número expressivo de publicações e a maioria é baseada em metodologias e modelos teóricos pouco diversificados, com parte significativa investigando o sentido do trabalho para profissões menos convencionais.

A partir de uma revisão bibliográfica, Costa (2018) procurou compreender os possíveis impactos da inserção das mulheres no mercado de trabalho em suas relações familiares e interpessoais. Os resultados apontam que o trabalho é visto como fonte de prazer e elemento relevante para a formação de sua identidade e geração de sentido para as trabalhadoras. Contudo, o trabalho fora

do lar, somado às inúmeras ocupações das quais se apropriam, pode gerar estresse emocional, sobrecarga física e psíquica e dificuldade na conciliação das tarefas, impondo o ônus da dupla/tripla jornada de trabalho.

Estivalete *et al.* (2018) realizaram uma pesquisa com o objetivo de analisar a perspectiva de coordenadoras e integrantes de empreendimentos coletivos inseridos em uma incubadora social, sob a perspectiva do empreendedorismo social. No que tange a inclusão feminina no mercado de trabalho, os resultados refletiram algumas dificuldades enfrentadas, destacando a falta de oportunidades de qualificação e participação no mercado formal. Para muitas entrevistadas, participar desses empreendimentos representou a primeira oportunidade de inclusão no mundo do trabalho.

Uma revisão bibliográfica que buscou discutir a respeito do papel social da mulher e suas representações diante do contexto da romantização da pobreza foi realizada por Barbosa *et al.* (2021). Os autores perceberam que a pobreza não é romântica nem desejada; ninguém possui como projeto de vida ser pobre. Ela é fruto do sistema capitalista e arbitrada por uma ordem social perversa e silenciosamente consentida, e isso é um fato que recai sobre o “ser mulher”.

Sobre o cuidado ser uma responsabilidade feminina, Bartholo *et al.* (2019) realizaram um debate sobre essa ideia, concluindo que o Programa Bolsa Família gera inquietações relativas à autoridade masculina e amplia as redes sociais das mulheres, tendo potencial para gerar mudanças nas relações de gênero.

Ao se pesquisar novamente em base de dados, com os termos trabalho, mulher e subjetividade, foram encontradas seis referências relacionadas à temática entre 2017 e 2022; são as seguintes: Monteiro *et al.* (2018), por meio de uma revisão de literatura, demonstraram que o trabalho doméstico apresenta contornos de submissão e permanece vinculado à mulher. Discutido o trabalho como instituição, passível de ser construído e desconstruído, os afazeres domésticos são relacionados às atividades rejeitadas que permanecem nos bastidores, acarretando também sua perda de sentido, segundo as perspectivas das clínicas do trabalho.

Sobre o contexto histórico da categoria empregada doméstica, Silva *et al.* (2017) apresentaram o perfil sociodemográfico e as leis que regulamentam essa

ocupação no Brasil. Os autores constataram que o trabalho doméstico ainda é fonte de ressentimentos e humilhações. Os depoimentos das participantes evidenciam os impactos negativos sobre sua subjetividade, já que a profissão é ainda objeto de estigmatização e discriminação por parte dos empregadores e da sociedade.

Cavalcanti e Baía (2017) analisaram as dificuldades enfrentadas por profissionais mulheres desde o anúncio da gestação até o retorno ao trabalho. As narrativas sugerem que essas mulheres precisam lidar com a dupla cobrança social do ideal perfeito de mãe e profissional, o que na maioria dos casos provoca um sentimento de culpa e um desgaste emocional no momento de retorno ao trabalho. Algumas mulheres relatam ter sofrido discriminação logo que engravidaram; outras, que foram hostilizadas após terem os filhos. Há, ainda, mulheres que precisaram se reinventar profissionalmente após o nascimento do bebê.

Em sua tese de doutorado, Vicente (2018) buscou conhecer como as mulheres com filhos que trabalham remuneradamente organizam seu tempo para cuidar de sua saúde. O lazer, o cuidado de si e o ambiente social e historicamente construído são fatores decisivos para a saúde integral do ser humano. A autora considera as relações desiguais e hierárquicas de poder construídas entre gêneros um traço recorrente de culturas mediterrâneas e de diferentes países da América Latina.

Uma outra pesquisa sobre o Programa Mulheres Mil, realizada por Corcetti e Loreto (2017), analisou as lógicas, os pressupostos e as crenças presentes no contexto desse programa. Os resultados evidenciaram que foram promovidas qualificações em áreas tradicionalmente femininas, com limitada emancipação das mulheres. Os autores concluíram que há uma contradição entre o discurso do programa e sua prática concreta, pois mantém-se a hegemonia e a polarização de gênero.

Com o objetivo de identificar os tipos de influência que a relação conjugal exerce no desenvolvimento da carreira das mulheres, Guedes (2017), em sua tese, obteve como resultado três tipos de influência: apoio à carreira da mulher; apoio financeiro do cônjuge à carreira da mulher; e sabotagem à carreira da mulher por parte do cônjuge. A principal contribuição do estudo foi identificar, sob a perspectiva das mulheres pesquisadas, diferentes tipos de influência da

relação conjugal e do tipo de relacionamento estabelecido entre os cônjuges no desenvolvimento da carreira da mulher.

Em síntese, os estudos acima relacionados apresentam sentidos e significados atribuídos ao trabalho enquanto uma possibilidade de atingir objetivos pessoais, garantir a sobrevivência e sair do processo de exclusão. Apresentam o trabalho doméstico e de cuidado como responsabilidade feminina, o que gera uma sobrecarga. Algumas pesquisas também se situam sobre a análise ou contribuição de programas sociais e de capacitação das mulheres vulneráveis. Tais estudos afirmam a discriminação de gênero e a segregação das mulheres em diferentes condições de trabalho, porém não analisam a repercussão na subjetividade das mulheres em situação de vulnerabilidade. Demonstram, portanto, uma lacuna no conhecimento científico, pois a maioria dos estudos não tem como pressuposto o materialismo histórico e dialético e nem a teoria histórico-cultural.

5. PERCURSO METODOLÓGICO

Para se aproximar dos sentidos atribuídos por essas mulheres ao trabalho, desenvolveu-se uma pesquisa de cunho qualitativo e descritivo, envolvendo pesquisa de campo baseada na epistemologia qualitativa de González Rey (2005), que privilegia o caráter subjetivo do processo de construção do conhecimento. A epistemologia qualitativa se orienta a legitimar o aspecto processual da construção do conhecimento, pois, desta forma, "mantemos o conceito de subjetividade para explicitar um sistema complexo capaz de expressar através dos sentidos subjetivos a diversidade de aspectos objetivos da vida social que concorrem em sua formação" (GONZÁLEZ REY, 2005, p.19).

A escolha pela metodologia deu-se devido à pesquisa lidar com sujeitos singulares e suas histórias de vida, sendo orientada para a construção de aspectos subjetivos envolvidos na configuração dos sentidos do trabalho. No que diz respeito particularmente a essa metodologia, a escolha foi para possibilitar não só a apreensão dos aspectos subjetivos e das percepções atribuídas pelos sujeitos ao sentido do trabalho, como também a consideração sobre a vulnerabilidade que envolve o objeto estudado.

Após aprovação pelo Comitê de Ética da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (CAAE: 61205722.0.0000.5547), e posterior aprovação pelo Comitê de Ética da Secretaria Municipal de Saúde, requisito necessário para desenvolvimento da pesquisa na FAS- Fundação de Ação Social, foram selecionadas oito participantes para a pesquisa. Essas mulheres se dispuseram voluntariamente a participar do estudo após divulgações realizadas no CRAS por mural, panfletos e convites nos atendimentos coletivos. Essas participantes, atendidas na Política de Assistência Social, na Proteção Social Básica na cidade de Curitiba, além de demonstrarem interesse, também se encontravam dentro dos critérios delimitados de idade (entre 21 e 65 anos).

A coleta de dados ocorreu no CRAS Fazendinha, durante os meses de julho e agosto de 2023. Este CRAS possui um território extenso (Figura 1) e atende os bairros Fazendinha, Santa Quitéria, Campo Comprido, Seminário e parte do bairro Portão. Segundo dados da Base Social de junho de 2023, o CRAS Fazendinha possui 7.369 famílias referenciadas, das quais 1.779

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, norteadas por um roteiro de perguntas (ANEXO I) que abordaram temas como: conceitos de trabalho, estratégias de geração de renda, perspectiva de futuro, sonhos, dificuldades encontradas no cotidiano, história profissional e os papéis profissionais.

6. ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO

Com os resultados das entrevistas pretendeu-se entender o processo de produção do sentido do trabalho para as mulheres, que são pertencentes ao grupo pesquisado, e como ocorre sua busca por autonomia. Além disso, pretendeu-se identificar as contribuições das ações propostas pela Política de Assistência Social relativas ao trabalho para o público pesquisado e quais são as vulnerabilidades presentes no sentido de trabalho.

Com a entrada no campo, emergiram categorias empíricas de análise a partir das quais buscou-se contemplar os objetivos propostos. Pela metodologia da epistemologia qualitativa, após transcrição as entrevistas foram submetidas à análise do conteúdo sob a perspectiva da psicologia histórico-cultural e da teoria da subjetividade. Essa análise ocorre na tensão e contradição (dialética) entre momento teórico e momento empírico, que conduz ao caráter construtivo-interpretativo da produção científica (GONZÁLEZ REY, 2022). Importante ressaltar que a epistemologia qualitativa pressupõe um pesquisador com papel ativo e responsável intelectualmente pela construção teórica, resultado do momento empírico.

O processo de construção da informação é regido por um modelo que representa uma síntese teórica em processo permanente a ser desenvolvida pelo pesquisador em sua trajetória pelo momento empírico. Tal síntese teórica está envolvida sempre com representações teóricas, valores e intuições do pesquisador, mas também está aberta ao momento empírico do seu trabalho, assim como as novas idéias que aparecem nesses momentos, algumas das quais podem ser totalmente inéditas (GONZÁLEZ REY, 2022, p. 116).

Para facilitar a compreensão do leitor, apresenta-se na Tabela 1 o perfil de cada uma das entrevistadas, que serão nomeadas por um nome fictício para a preservação de seu anonimato e de sua identidade.

Tabela 1 - Perfil das entrevistadas

	ENTREVISTADA	PERFIL
1	Clarice	Tem 53 anos, declara-se branca, é casada, estudou até a sétima série, mora com o marido (Gilson) e dois filhos adultos (Eduardo e Cleber) em área de ocupação irregular. A fonte de renda da família é a aposentadoria por invalidez de Gilson, a coleta de material reciclável e trabalhos eventuais de diarista realizados por Clarice.
2	Marilda	Tem 54 anos, declara-se branca, é divorciada, estudou até a quarta série e mora com o neto Luan. Sua fonte de renda é o auxílio doença.
3	Iara	Tem 54 anos, declara-se branca, é casada, porém não vive com o marido, e mora com o filho George. Estudou até a quarta série. Sua fonte de renda provém de trabalho com costura e eventualmente como diarista aos domingos.
4	Alice	Tem 29 anos, declara-se branca, é casada, tem um filho pequeno de 11 meses, reside com o marido (João) e seu filho Bruno. Possui ensino médio completo. Sua fonte de renda provém de trabalho informal do marido como jardineiro, trabalhos temporários de final de ano realizados por ela e do benefício do Bolsa Família.
5	Luciana	Tem 33 anos, declara-se parda, solteira, com ensino superior completo, tanto em enfermagem quanto em radiologia. Sua fonte de renda provém do Bolsa Família e de trabalhos na área de cozinha. Reside com os dois filhos: Paulo, de 5 anos, e Maria, de 3 anos. Relata histórico de violência doméstica.
6	Walquiria	Tem 41 anos, declara-se branca, tem ensino médio completo, união estável com seu companheiro Evandro. Sua renda provém do Bolsa Família e de trabalhos eventuais como diarista. Reside em área de ocupação irregular com seu companheiro e duas filhas: Amanda, de 13 anos, e Bianca, de 3 anos.
7	Zuleika	Tem 55 anos, declara-se branca, estado civil separada, com ensino fundamental completo. Sua renda provém de diárias eventuais e coleta de materiais recicláveis. Reside em área de ocupação irregular, sozinha, porém a filha, companheiro e neto residem em casa anexa. Relata histórico de violência doméstica.
8	Maria	Tem 36 anos, declara-se negra, estudou até a sétima série e tem união estável há 20 anos. Sua fonte de renda vem do Bolsa Família, do trabalho de seu marido como ajudante de mudanças e da coleta de material reciclável por ela. Residem com ela seu marido e três filhos: Eric, de 4 anos, Enzo, de 6 anos, e Júlia, de 10 anos.

6.1 Categorias empíricas de análise

Ao realizar um projeto de pesquisa, têm-se categorias teóricas de análise baseadas na revisão de literatura e pesquisa em base de dados; nesse caso: do

significado ao sentido do trabalho, vulnerabilidade social, psicologia social, atuação na política pública da assistência social e o campo CTS.

A utilização da teoria é parte fundamental do processo, pois ela permite a construção de um sistema de representações que pode articular diferentes categorias entre si e gerar inteligibilidade sobre o que se pretende conhecer (GONZÁLEZ REY, 2005). Com a entrada em campo, novos dados se apresentam e emergem outras categorias chamadas de empíricas, que expressam características específicas do grupo pesquisado.

As categorias representam formas de concretização e organização do processo construtivo interpretativo que permitem seu desenvolvimento por meio de núcleo de significação teórica portadoras de uma certa estabilidade. Sem categorias, a processualidade pode-se desfigurar diante da falta de organização do processo construtivo (GONZÁLEZ REY, 2005, p.138-139).

Foram identificadas as categorias empíricas que serão desenvolvidas a seguir: trabalho infantil, divisão sexual do trabalho, trabalho de cuidadora da família, trabalho precarizado, adoecimento, ausência de lazer, trabalho para além do aspecto financeiro e, por fim, a política pública enquanto contribuição e as consequências de sua ausência. Essas categorias estão didaticamente separadas para análise, porém todas estão relacionadas entre si e com a principal categoria, sentido de trabalho.

As categorias teóricas e empíricas, embora desenvolvidas em momentos distintos da pesquisa, estão intrinsecamente relacionadas. O sentido do trabalho está permeado em todas as categorias empíricas, pois elas trazem as vulnerabilidades sociais vivenciadas, além de sentidos positivos relacionados ao trabalho e aspectos de resiliência, superação e projetos de vida. Como o sentido é construído subjetivamente nas vivências individuais, que também são influenciadas pelo contexto histórico e cultural, ele é construído a partir dessas experiências. A categoria da política pública enquanto contribuição e as consequências de sua ausência permite olhar para a política como uma tecnologia social importante. Essa reflexão pode embasar o trabalho de psicólogos(as) em sua atuação na assistência social com esse público, ampliando o seu olhar para a subjetividade individual e social.

6.1.1 Trabalho infantil

Essa categoria emergiu de forma relevante, pois apareceu na fala de cinco das oito entrevistadas. O trabalho infantil é considerado um fator de vulnerabilidade social devido às consequências que traz ao desenvolvimento infantil e ao fato de este estar relacionado com a evasão escolar. Essa vulnerabilidade aparece na fala das entrevistadas a partir de relatos de trabalho precoce doméstico, na lavoura, em construção civil, com vendas na rua e coleta de material reciclável. Clarice, em sua fala, coloca que:

(...) na escolinha eu comecei com 13, e comecei a trabalhar também de empregada doméstica, também acho que foi com uns 14 anos por aí... fiquei mais ou menos um ano trabalhando sem registro. Daí com 15 anos eu peguei meu primeiro serviço registrado (Clarice).

Em outro trecho, ela traz o trabalho ainda mais precoce:

(...) quando eu era bem pequena eu ajudava o pai na construção, trabalhava de pedreira com ele, ele ia trabalhar assim pros vizinhos, daí ele... levava a gente pra ajudar... claro dá jeito, dá jeito né?... tudo errado mas pelo menos é um incentivo né?... a gente não fazia grande coisa, mas pelo menos já incentivava desde pequeno que a gente fosse trabalhadora né? tipo levava um tijolo lá pra ele, levava mais outro, a gente já sentia que a gente estava trabalhando (Clarice).

Em outro caso, a entrevistada Iara relata: "A gente voltava da escola, depois do almoço, acho que uns 9 anos ou 10... já ia na roça". Maria conta que começou a trabalhar com coleta de material reciclável aos 8 anos de idade: "Ah... com 8 anos, eu ia já com a minha mãe já. Por causa que daí não tinha creche também né? Daí eles foram me ensinando." Zuleika começou a trabalhar em casa de família com 11 anos de idade :

Comecei a trabalhar com 11 anos de idade, de babá. Eu lembro até hoje, eu morava na Campina do Siqueira, né? Minha madrasta, meu pai, meus irmãos. Aí eu estudava na parte da tarde e a menina estudava na parte da manhã, o menino que tinha síndrome de Down, eram dois irmãos, o menino que tinha síndrome de Down na época acho que tinha 8 anos e o outro era menor, tinha uns 3 anos. Daí eu tava trabalhando lá, que daí assim que ela chegava, trabalhava até assim meio-dia, ela chegava e eu ia pra escola, e era assim todos os dias (Zuleika).

Zuleika inclusive relata dormir nessas casas de família onde trabalhava: *"Daí eu lembro até hoje, eu trabalhava pra pousar, eu morava no Itatiaia na época, e daí eu trabalhava assim, eu ia pra casa a cada 15 dias"*. O trabalho infantil também surge na fala de Juliana:

Nossa... pra falar de trabalho eu tenho que começar a falar da minha infância, porque com 7 anos eu comecei a trabalhar para ajudar minha mãe. Eu sou lá do interior de Belém do Pará, uma cidadezinha bem pequena, então a gente tinha que fazer alguma coisa pra ajudar a minha mãe, né? O nosso pai abandonou a gente, então a gente vendia coxinha com chopp na época. E daí era... a irmã mais velha ficava cuidando dos nossos irmãos mais novos e eu e minha mãe a gente ia pra rua vender. Com 13 anos eu saí da casa da minha mãe e fui morar em casa de família, virar doméstica e babá (Juliana).

Além do próprio trabalho infantil ser um fator vulnerabilizante, as vulnerabilidades e riscos sociais pré-existentes foram condição para a inserção na atividade laboral precoce: a necessidade de contribuir com o sustento da família, ausência repentina do provedor, escassez de recursos materiais, abusos sexuais na família, e a falta de acesso à política de educação que obrigam a criança a ir trabalhar com os pais. Mesmo no caso de Clarice, que demonstra uma certa satisfação por ter sido incentivada a ser trabalhadora desde cedo, o trabalho precoce traz consequências. Para Alberto e Santos (2011),

Na condição de trabalhador precoce o sujeito se constrói em sua atividade e ao mesmo tempo se esvazia, por não conseguir manter uma relação afirmativa com o que faz. O trabalho é instrumento de um jogo que tem um duplo papel: ao mesmo tempo em que é usado como modelador, é nefasto, causa sofrimento (ALBERTO; SANTOS, 2011, p. 217).

Segundo Venâncio e Felipe (2022, p.151), "a prática desse trabalho resulta em inúmeras consequências negativas no desenvolvimento, a partir dos maus tratos e das violências físicas, psíquicas, assédio sexual, doenças, entre outros". Algumas dessas situações ficam evidenciadas nas falas de Zuleika, que relata exploração de mão de obra e abuso sexual.

Aí é o seguinte, o primeiro pagamento meu eu tava morrendo de vontade de comer chocolate, eu adorava chocolate. O que eu fiz? A dona Ana deu o salário na minha mão, eu fui lá e comprei tudo em chocolate e comi. E o que a minha madrastra fez? Foi lá e falou assim pra ela, que quando ela fosse pagar era pra avisar que ela ia lá buscar o dinheiro e abrir uma conta pra mim no Bamerindus, e ia depositar, senão eu ia

gastar tudo em chocolate. E daí nunca mais eu vi a cor do meu dinheiro (Zuleika).

Aí o velhinho era safado, sabe? Eu tava com 12 pra 13 anos, eu fiquei mocinha com 13 anos. Daí eu lembro o veinho quando ele ia me acordar, eu dormia de camisola, ela pegava e jogava assim a coberta, daí eu chamava ele de avô e ela de avó, né? Eu falava, para vô!! Eu sabia que era errado, e na hora ele ia trabalhar assim, ele saía e encostava o rosto no meu rosto, né? Dormia lá também, ia pra casa final de semana, eu ia por causa que eu morria de medo que meu pai... que meu pai me estuprasse (Zuleika).

Daí uma vez, essas portas assim, de trinco assim... que dava pra sondar, sabe? Aí eu tava tomando banho, quando eu olhei pro trinco da fechadura vi o veinho me sondando. Ah!!!! Daí eu tomei banho, se enxuguei tudo, coloquei o olho na fechadura para ver se realmente ele tava me sondando (Zuleika).

O trabalho infantil é proibido por lei. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Capítulo V, Art. 60, "É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz" (BRASIL, 1990). Mesmo assim, trata-se de uma prática bastante presente no país. Zuleika relata que era escondida das demais pessoas em situações sociais, o que evidencia uma plena consciência dos "empregadores" da situação de exploração e ilegalidade :

Tava com 12 anos, e o filho dela era um ano mais novo que eu. Então eu lembro até hoje, tinha a mãe dela também que quando o menino fazia aniversário, faziam festa, convidavam os amiguinhos, ela fazia eu ficar dentro de um quartinho lá e não sair de lá enquanto não acabasse a festa. Eu lembro até hoje, daí, quando sobrava brigadeiro a mãe dela ia lá se eu tava limpando, fazendo limpeza, a mãe dela ia levar para eu (Zuleika).

Alberto e Santos (2011), analisando as implicações da inserção precoce da criança no mundo do trabalho à luz das proposições vygotskyanas, afirmam que "As pesquisas investigaram vários riscos, químicos, biológicos, físicos, ergonômicos, sociais e psicológicos. Encontrou-se que, de certa forma, os riscos variam conforme o tipo de atividade, mas que, de modo geral, os riscos sociais e psicológicos foram sempre os mesmos" (ALBERTO; SANTOS, 2011, p. 214). Os autores ainda relatam que o brincar, atividade fundamental no desenvolvimento, mesmo não desaparecendo completamente, fica prejudicado, pois com o afastamento da escola as crianças perdem a possibilidade de aquisição do capital cultural, além de no espaço escolar a zona de

desenvolvimento proximal ser estimulada com vistas à interação e instrução formal. Também como consequência, essas crianças se adultizam, assumindo responsabilidades precocemente (ALBERTO; SANTOS, 2011).

Os contextos culturais e sociais nos quais estas mulheres se inserem se caracterizam pela predominância do trabalho precoce, o que significa a própria sobrevivência da estrutura familiar. Isso determina uma inserção que, além de precoce, ocorre em atividades produtivas precárias. O trabalho infantil é crime e merece atenção especial, uma vez que surge como elemento nas entrevistas realizadas e é disseminado de forma ampla no público atendido pela assistência social. Essa vulnerabilidade tem relação direta com os sentidos de trabalho, uma vez que eles se constroem nas vivências pessoais e trajetórias históricas dos sujeitos e sociedade.

6.1.2. Trabalho precarizado

Essas mulheres que já sofrem violência por se inserirem no mundo do trabalho de forma precoce, em situação de trabalho infantil, seguem na vida adulta em formas precárias de trabalho. Devido à baixa escolaridade e necessidade de geração de renda imediata, é comum que o público atendido pela assistência social se insira prioritariamente no mercado informal e em atividades laborais precárias, ficando expostos à exploração de mão de obra. Essa situação é agravada no caso das mulheres. Hirata (2002) problematiza que a globalização afetou de forma desigual os empregos masculinos e femininos nos anos 90. Na medida que os empregos masculinos regrediram e estagnaram, cresceu a participação feminina no mercado de trabalho, tanto formal quanto informal, porém principalmente em empregos precários e vulneráveis. No relato de lara, tem-se presente a situação de trabalho precarizado na área de costura.

Ah... eles trazem o material pra mim e dão o fio, né? Daí assim que eu terminar eu aviso eles e venham buscar. Eles trazem novamente (...) No começo, quando eu comecei a trabalhar era 9 centavos, depois foi pra 10, depois foi pra 11... daí foi subindo assim de centavinho... agora eu tô com 21 centavos por peça... Depende da peça... tem peça que é bem mais baratinha... Nossa... No começo que eu tava bem, eu costurava acho que umas 3.000, 4.000 por mês. Uma época eu estava costurando de madrugada, eu ia dormir 1h30, levantava 5h30 eu estava conseguindo fazer 5.000. Eu estava precisando. Mas agora nem que eu preciso eu não tô conseguindo... (lara).

Como apontado no estudo de Barros *et al.* (2018), as condições de trabalho precárias e a escassez de dinheiro estruturam os modos de enfrentamento da realidade. Esse enfrentamento, no caso de Iara, acima descrito, revela um tipo de trabalho que para ela traz uma ilusão de autonomia, pois trabalha-se em casa e tem-se a impressão de fazer seu próprio horário quando convém. Trata-se, porém, de um processo laboral que ocupa muitas horas do dia para que se possa gerar uma renda minimamente aceitável. O trabalho com reciclagem, citado por duas entrevistadas, possui traços de precariedade devido ao esforço físico, exposição a risco e baixa remuneração. Zuleika fala sobre a queda do preço do quilo do material reciclável:

Ah esse ano já, bem antes do começo do ano já, faz tempinho e não aumenta de jeito nenhum. O óleo pra você ter uma ideia, o óleo usado tinha uma época que eles tavam pagando 4 reais o litro, agora tá 1 real, pessoal tá pagando. A latinha tava 10 reais agora tá 5, o papelão, papelão de primeira que é caixa, tava, acho que tava chegou a 2 reais, agora sabe quanto que tá? 25 centavos, o terceiro que a gente chama, caixa de leite, caixa de leite a gente nem pega porque sabe quanto que ele pagam? 1 centavo, caixa de leite (Zuleika).

Maria fala sobre o cansaço devido ao esforço físico que esse trabalho exige:

É muito cansativo, nossa eu queria uma coisa assim que um dinheirinho por mês né? Que você pega ali. Que você tá garantida aquele dinheirinho, né? Porque o papel cansa muito, dói muito as costas, as pernas da gente ... e enjoa, né? Vai indo que enjoa (risos) (Maria).

O trabalho precarizado e a superexploração geram em segundo plano o adoecimento físico e psicológico. Além disso, ele não supre uma renda suficiente para a subsistência das famílias, que ainda precisam do apoio da política da assistência social com os benefícios socioassistenciais. Os sentidos, por serem desenvolvidos nas vivências subjetivas desses sujeitos, são afetados por essa vulnerabilidade, na medida em que é um trabalho que não permite autonomia. Ao exaurir o (a) trabalhador(a), dificulta investimentos pessoais em crescimento e desenvolvimento que poderiam ser viabilizados, por exemplo, com o aumento da escolarização através da educação de jovens e adultos e, também, acesso à qualificação profissional.

6.1.3 Divisão sexual do trabalho

O tema divisão sexual do trabalho ganhou espaço no início dos anos 1970, na França, com o impulso do movimento feminista. Hirata e Kergoat, importantes estudiosas desse tema, o definem da seguinte forma :

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada historicamente e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares, etc.) (HIRATA; KERGOAT, 2017, p. 599).

Essa categoria ficou evidente nos relatos através da desvalorização do trabalho doméstico, da exclusão do mercado formal de trabalho após virarem mães e das disputas de poder em funções tradicionalmente masculinas. Uma dimensão que faz parte também da divisão sexual do trabalho é a função de cuidadora da família, porém, devido a sua significativa presença nas entrevistas, será discutida em uma categoria à parte.

A presença de divisão sexual do trabalho nesse estudo corrobora os trabalhos citados anteriormente de Dupont (2017), Costa (2018), Monteiro *et al.* (2018) e Santos e Diniz (2018), que mesmo não tendo utilizado necessariamente esse termo, demonstram as suas consequências quando relataram a sobrecarga do trabalho doméstico, duplas e triplas jornadas de trabalho e a submissão da mulher.

Sobre a esfera reprodutiva, em sua maioria tem-se o trabalho doméstico desempenhado pelas mulheres de forma gratuita e invisível. Essa invisibilidade fica evidente inclusive no fato de não ser citado como trabalho pelas participantes, somente quando questionado pela entrevistadora. Ele surge como parte de uma rotina do dia a dia e naturalizado como uma obrigação feminina. Mesmo quando há um trabalho realizado fora do ambiente doméstico, essa situação não muda, como evidenciado na fala de Walquiria: "Porque digamos assim, você depende do trabalho, no caso se você receber, fazer as coisas em casa, investir. E daí por causa do horário, aí é complicado você... você trabalha

fora e trabalha em casa... tem as responsabilidades com a família tudo... Um pouco de tudo...".

É inquestionável que as famílias e o mercado de trabalho passaram por profundas transformações com a inserção das mulheres no mundo do trabalho remunerado. Para este grande contingente de mulheres trabalhadoras ainda existe a dupla e até a tripla jornada de trabalho, que no âmbito particular lhes impõe o cuidar dos filhos, do marido e das tarefas femininas típicas do sistema patriarcal (KURZ; LUZ, 2014 p. 62).

Hirata (2002) coloca que um dos paradoxos da globalização é a divisão do trabalho doméstico não ter se modificado substancialmente com o maior envolvimento das mulheres nas responsabilidades profissionais. Costa (2018) aborda que a relação da mulher com o trabalho fora do lar e as inúmeras ocupações das quais se apropriam pode ser geradora de estresse emocional, sobrecarga física e psíquica além de dificuldade na conciliação das tarefas, impondo a elas o ônus da dupla/tripla jornada de trabalho. Essa sobrecarga e frustração são potencializadas pela falta de valorização por parte da família. A fala de Alice é bastante significativa ao relatar a desvalorização familiar:

É cansativo... (choro) é outra parte que me emociona bastante de falar (choro), porque eu me sinto desvalorizada pelo meu próprio esposo assim, sabe? Hoje em dia não mais, mas ele no começo ele sempre falava assim uma frase que me machucava bastante "Você tá em casa sem fazer nada, você tá em casa sem fazer nada." (...) Então eu escutava muito dele assim já "você tá em casa sem fazer nada". Não, eu não tô sem fazer nada, eu tô cuidando da criança, fica um dia cuidando de uma criança e... cuidar do trabalho doméstico. Você às vezes cuidar do trabalho doméstico e não ter uma criança é cansativo? É, mas é... igual eu falei pra você, me emociona por esse fato assim, com uma criança e cuidar da casa, às vezes é mais fácil sair pra trabalhar fora. Não que seja mais fácil, tô me precipitando também falando isso, mas é melhor pra mim, no caso para ele sair trabalhar fora. Então vamos trocar! Duvido você aguentar uma semana, duvido que não vai começar a se queixar, porque é cansativo. Então assim, a gente tenta, eu tento fazer, mas eu me sinto muito assim, incapaz. Parece que eu não consigo fazer as coisas, porque faz, faz e sempre tem coisa bagunçada, parece que sempre tá... parece que não consigo manter, então assim, a parte do doméstico também é outra coisa que me pega bastante. É... parece que você, que eu não consigo fazer as coisas, sabe? Embora eu veja que eu tô o tempo todo ali, lava uma coisa, lava louça né?... Passa uma vassoura, passa um aspirador, daí passa um pano ali. Meu Deus! Daí você olha ali a roupa da criança toda preta, gente! Mas eu acabei... de onde tá vindo essa poeira, como que tá preta essas meias, essas roupas? Então essa parte doméstica pra mim é uma parte bem difícil também... Não é fácil não (...) Eu admiro muito a parte doméstica assim, porque não é fácil... você ser uma doméstica em casa ou ser... trabalhar fora na parte doméstica. Eu acho que não é nada fácil isso (Alice).

O relato acima é confirmado pela pesquisa de Santos e Diniz (2018), que aponta a falta de autonomia econômica e de reconhecimento da dona de casa por parte de seus familiares, o que faz com que elas também tenham dificuldade em reconhecer seu valor, potencializando o comprometimento de sua saúde mental. Essa discussão também foi levantada por Monteiro *et al.* (2018), que afirmam que o trabalho doméstico apresenta contornos de submissão e permanece vinculado à mulher e relacionam os afazeres domésticos às atividades rejeitadas que permanecem nos bastidores, acarretando também sua perda de sentido.

Aos estudos de divisão sexual do trabalho aplicam-se duas perspectivas distintas: a distribuição de maneira diferenciada de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, e a análise da divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos (HIRATA; KERGOAT, 2017). Essa desigualdade se reflete em um trabalho invisível, desvalorizado, e na sobrecarga por acúmulo de funções.

Foi com a tomada de consciência de uma “opressão específica que teve início o movimento das mulheres: torna-se então coletivamente “evidente que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno (HIRATA; KERGOAT 2017, p. 597).

Walquiria ousou enfrentar essa divisão, porém teve consequências e abriu mão de uma profissão que gostava e que lhe proporcionava uma renda melhor, a de açougueira.

E tem mais um motivo que daí... açougue sempre tem homem, só que daí tá na minha carteira lá como açougueira, mas a hora que eu chego para trabalhar que eu converso com o dono, o gerente tudo lá, que daí a hora que começa a trabalhar e os homens percebem que eu sei mais que eles, eles não aceita. Daí começa tipo aquelas picuinhas, tipo a pessoa falar perto pra gente escutar... ofendendo, isso e aquilo, daí e onde que eu não me dou bem e eu pego e falo pra pessoa me mandar embora, ou pego peço a conta e saio. E daí os homens não aceitam que eu saiba mais do que eles, e possa receber mais do que eles... daí por isso que nessa parte de açougue eu tô procurando não arrumar serviço (Walquiria).

A dimensão presente de forma bastante significativa é a exclusão do mercado de trabalho no momento em que a mulher se torna mãe e a posterior dificuldade de recolocação.

Eu fiquei até quase quatro anos lá. Só que daí eu ganhei nenê, comecei a chegar tarde, daí passou o período da amamentação eles me deram a conta, me mandaram embora. (...) Depois que passou o período que daí, não sei se é 3 meses que pode chegar 1h mais cedo, 1h mais tarde, naquela época já tinha isso aí. E daí quando passou já me mandaram embora (Zuleika).

(...) Faz muito tempo que eu saí da panificadora, daí fiquei 2 anos, daí engravidei da Julia tive que sair. (...) Quando eu engravidei eu tive que sair do emprego, né? E depois que eu trabalhei, comecei a catar papel (Maria).

Ah, eu trabalhei bastante de diarista... Daí eu deixei de diarista porque meu filho foi pro pré quando era pequenininho, ele ficava o dia inteiro na escolinha no pré... daí depois ele foi para a escola meio período, daí eu deixei de trabalhar de diarista, depois trabalhei de costureira pra mim ficar com ele depois do almoço (Iara).

Bom, o trabalho... eu trabalhava antes de me casar, daí depois que eu casei eu tive meus filhos, daí eu parei um bom tempo, que na época não tinha assim muita creche que nem hoje, hoje é mais fácil, né? Mas naquele tempo não tinha, daí eu parei de trabalhar pra cuidar deles, né? E só voltei a trabalhar depois quando eles já tava... o mais novo com 11 anos (Marilda).

A recolocação após o nascimento dos filhos é dificultada devido aos horários de trabalho, falta de rede de apoio e dificuldade de acesso à política de educação, principalmente educação infantil com os Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEIs). A dificuldade de recolocação aparece inclusive na fala de Luciana, que possui curso superior, experiência profissional, mas enfrenta esse obstáculo.

Eu fui chamada para trabalhar no Trabalhador e no Pequeno Príncipe, só que devido assim... mãe solteira, com dois filhos, não tenho família nenhuma aqui, eu preciso de uma pessoa para literalmente ficar com eles. Já é complicado você conseguir alguém para ficar o dia, à noite pior ainda, e as duas vagas que eu consegui foi pra trabalhar à noite. Entra às 6 da tarde e sai às 6 da manhã. E além disso, de ser difícil de conseguir, as pessoas que a gente consegue cobram muito caro. Tipo assim, é um dinheiro trocado, você vai ganhar, vamos jogar assim, R\$4.500, mas R\$2.000 você tem que pagar de babá. Aí tipo... né... metade do salário vai pra alguém, daí meio que não compensa muito (Luciana).

Na área de trabalho que escolheu atualmente, cozinha, enfrenta as mesmas dificuldades:

Olha, eu já perdi grandes oportunidades de estar em grandes restaurantes por conta de ser mãe solteira, de não ter ninguém pra tá ali contigo. Por exemplo, eu ia trabalhar no T. e lá o horário era das 15h20 sem hora pra sair. Só que a gente, mulher, é muito difícil você conseguir um trabalho bom, com salário bom, dentro do teu limite da casa, é complicado (Luciana).

A dificuldade de recolocação aparece também na fala de outras participantes:

Mas eu queria um serviço diferente, né? Um de segunda a sexta porque não dá por causa das crianças, né? (exclusão mercado formal) tem que ser um de segunda a sexta, porque final de semana é ruim, né, por causa das crianças. Não tem com quem deixar, às vezes que ele trabalha também sai pra viajar daí não dá (Maria).

Lá por 2008 mais ou menos eu comecei a trabalhar no açougue. Eu fiquei uns 9, 10 anos no açougue. Eu parei de trabalhar no açougue devido os... os... a jornada no caso que é de segunda a segunda, né? E um tempo que eu trabalhei num mercado eu trabalhava sem folga, pois não tinha quem tirasse minha folga. Logo engravidei da Amanda e demorou um pouco para conseguir creche. Daí eu tinha que pagar uma pessoa pra ficar com ela (...) Por causa das minhas filhas né, por causa da menor né, que é mais difícil creche. Porque daí antes dos 4 anos não é obrigado a ter vaga né? Eles não são obrigados a dar vaga, porque o cadastro agora é feito pela internet... E por causa da carga horária, que é direto, e daí por causa da minha função no caso de açougueira tem, daí tem isso, eles querem que trabalhe direto e pelo daí, pelo menos o domingo eu não abro mão. E daí como é mercado, dependendo até casa de carne tem isso, eles querem esse trabalho (Walquiria).

Eu falei “eu vou arrumar um serviço registrado”, eu descobri da minha gravidez. Então daí foi onde eu não consegui voltar a trabalhar, agora fazem dois anos né que eu engravidei, o Bruno está com 11 meses, e foi por esse motivo que eu não fui procurar, porque dizem que não pegam, não adianta a gente querer. Quando a gente tá grávida, não (Aline).

Aline também falou sobre sua dificuldade devido à ausência de vaga em CEMEI e por não poder contar com o apoio familiar devido a problemas de saúde de sua mãe, além de não ter condições de pagar uma cuidadora para o filho.

E é essa base de R\$800 a R\$1000. Daí eu vo trabalhar pra mim pagar a babá, então por isso daí ele falou “espera, vamos aguardar mais um pouco”. Vamo torcer pra que a vaga saia logo, né? Um gasto a menos que a gente vai ter, né? (Aline).

Essa exclusão do mercado de trabalho devido à gravidez e filhos pequenos foi apontada por Cavalcanti e Baía (2017), que analisaram as dificuldades enfrentadas por profissionais mulheres desde o anúncio da

gestação até o retorno ao trabalho. Na sua pesquisa, algumas mulheres relataram ter sofrido discriminação logo que engravidaram; outras, que foram hostilizadas após terem os filhos. Houve, ainda, mulheres que precisaram se reinventar profissionalmente após o nascimento do bebê.

Em algumas situações existe a culpa de não estar em casa cuidando dos filhos, função que foi socialmente atribuída como responsabilidade prioritária das mulheres:

Aí... teve uma vez que meu filho, acho que ele ia completar 4 anos, eu passei quatro meses entrando 8h da manhã e saindo meia-noite. Essa época a madrinha da Maria tava cuidando dos dois pra mim, e ele chegou comigo e falou assim, “Mãe, quando que você vai me dar uma atenção? Quando que eu vou te ver de verdade dentro de casa?” Nossa! Meus Deus, eu achando que eu tava suprindo, porque tipo foi a época melhor que eu já tive profissionalmente, foi a época que eu fui reconhecida por um grande chefe dentro da gastronomia, foi quando o meu prato ganhou um festival, foi quando o meu nhoque foi o melhor de Curitiba, e tipo eu tava ganhando muito bem... eu tirava quase R\$ 5.000 por mês, só que eu trabalhava muito. Eu estava suprindo algo que eu queria dar pra eles assim, um tênis que eu nunca tive, vou comprar o melhor tênis... uma calça jeans tipo de marca, ah, aquela roupa da Zara que eu sonhava em ter quando eu era menina e a minha filha teve naquela época né, uma boneca boa, ela queria uma boneca que falava, eu comprei uma boneca que falava pra ela. E o Paulo queria aquele tal brinquedo, e eu tinha dinheiro pra dar, vamos comer uma pizza, uma pizza cara, vamo comer tipo... naquele período eu tinha pra dar e eu achei que eu tava suprindo isso, só que a mãe não tava presente, não tava presente quando caiu e ralou o joelho, febre, onde ele queria o colo da mãe, não queria o colo de ninguém. Eu tava pagando pra pessoa dar mas não era eles, não era aquela pessoa, era a mãe. Eu me deixei levar pelo trabalho, pela carreira, o ego, o egoísmo nosso de querer crescer ele aflora quando você tá crescendo, e tu quer mais, quer mais tu te foca naquilo e esquece um pouco da tua vida particular. E, eu percebi isso eu falei não, falei “Marcia, contrata uma pessoa para cobrir o período da noite, eu não vou mais fazer a noite”. “Lu, pelo amor de Deus, a gente tá entrando na Restaurante Week agora!” “Cara, sinto muito, mas meu filho ontem me cobrou tempo, imagina, meu filho de 3 anos tá me cobrando tempo, ele precisa de mim. Eu não levo na escola, eu não busco na escola, eu não levo no domingo no parquinho porque domingo eu tô aqui. Eu tô colocando P.G. como prioridade na minha vida e tô esquecendo dos meus filhos, então procura, eu não vou ficar mais, a partir do mês que vem eu não vou ficar mais aqui.” (Luciana).

Em sua pesquisa, Inda (2018) pôde constatar que há uma sobrecarga dessas mulheres mães em famílias monoparentais, que precisam trabalhar para sustentar seus filhos e ainda encontrar tempo para os cuidados maternos com afeto e carinho. Elas sofrem duplamente pelo desgaste no trabalho e por não terem tempo, nem energia, para cumprir essa função de forma cuidadosa e

amorosa, como foi-lhes atribuído socialmente. Pressupõe-se com isso a existência de culpa, pois essas mulheres assumem subjetivamente a ideologia do patriarcado, que atribui um valor negativo às mulheres que não conseguem desempenhar esse papel de cuidado dos familiares.

A divisão sexual do trabalho permeou as falas das participantes. A exclusão do mercado formal de trabalho para essas mulheres, que costumam ser as principais responsáveis pelo sustento da família, aumenta sua situação de vulnerabilidade social. Junto a isso, o acúmulo de funções com o trabalho doméstico, que continua sendo atribuição feminina nas famílias, é fator de sobrecarga e frustração. O ideal social do papel de mãe contribui para o adoecimento psíquico quando atribui à mulher essa difícil conciliação da geração de renda e cuidado com os filhos, além de inserção em trabalhos precários que causam sobrecarga física e psicológica.

6.1.4 Função de cuidadora da família

O trabalho como cuidadora da família e principal responsável está presente nas falas das oito entrevistadas, seja no cuidado de filhos pequenos, como a principal e às vezes única responsável, e no cuidado de familiares doentes. Esses achados corroboram estudo citado anteriormente (BARTHOLO *et al.*, 2019) sobre o cuidado ser de responsabilidade feminina, em que relata-se que o Bolsa Família, ao mesmo tempo que permite uma quebra no papel de provisão como função masculina, também reforça a atividade de cuidado como tarefa feminina.

Clarice relata ter precisado parar de trabalhar ao assumir essa função em sua família de origem, auxiliando a mãe nos cuidados com o pai doente:

O pai ficou doente, pegou essa doença horrorosa do câncer, e a mãe ficava me chamando toda hora para ir no hospital com ela, não sei o quê... acabei saindo porque era uma época que também a gente tava com o Eduardo pequeno... (Clarice).

Essas mulheres param de trabalhar para cuidar da família e também retornam ao trabalho para cuidar do sustento desta. Existem pausas no trabalho para cuidar dos filhos e de familiares doentes, tanto quanto retornos ao trabalho

por precisarem em algum momento arcar sozinhas com o sustento da família. Mesmo com o trabalho de cuidado tendo se tornado uma profissão cada vez mais reconhecida, na população em situação de vulnerabilidade social, sem recursos financeiros para pagar por esse serviço, essa função continua a cargo das mulheres dentro da família. E as mulheres que ficam imbuídas dessa função sofrem com a sobrecarga e desvalorização. "Nas famílias pobres e racializadas, as mulheres continuam garantindo o tempo todo o trabalho doméstico gratuito e, fora, uma renda para a casa" (HIRATA, 2022, p. 120).

As mulheres usuárias do CRAS podem com frequência assumir o controle total da família. Trata-se de um elemento do contexto que surge com frequência nestes enunciados, no qual as relações sociais resultam no papel de cuidadora. A distribuição das atividades é desigual, transformando a relação com o trabalho externo e com aquelas atividades de cuidado internas, como explica Clarice: "Uma hora é pra mim, e outra hora é pro Eduardo, outra hora pro Gilson, todo mundo depende de mim lá... Ninguém consegue fazer nada sem eu estar por perto...". E seu discurso continua: "Eu até que dou graças a Deus porque quanto menos eu ficar em casa pra mim é melhor, porque daí eu passo menos nervoso, na rua eu tô mais tranquila do que dentro de casa...". O trabalhar fora não excluiu o serviço do cuidado das pessoas e da casa. Há, por conseguinte, um processo de transformação das relações familiares, que é de tal forma amplificado na produção de serviços de cuidado da mulher, que muitas vezes se caracteriza por uma atribuição de valor maior ao trabalho fora de casa e potencialmente mais libertador.

É, mas é... igual eu falei pra você, me emociona por esse fato assim, com uma criança e cuidar da casa, às vezes é mais fácil sair pra trabalhar fora. Não que seja mais fácil, tô me precipitando também falando isso, mas é melhor pra mim, no caso para ele sair trabalhar fora. Então vamos trocar! Duvido você aguentar uma semana, duvido que não vá começar a se queixar, porque é cansativo (Aline).

Maria conta sobre sua rotina nos finais de semana, em que leva os filhos para brincar no parquinho enquanto faz a coleta de materiais recicláveis:

Eu saio três dias da semana, daí no sábado eu saio pro Capão Raso com eles né, isso no sábado. Eu saio daí passear nos parquinhos brincar, daí fico o dia inteiro com eles, a gente se diverte e diverte eles pra brincar nos parquinhos, vêm cansados. Mas nos outros dias só de segunda, quarta e sexta que eu saio. (Maria)

Entendi. Daí no sábado você sai com as crianças, não pra catar papel? Ou você faz as duas coisas? (Entrevistadora)
As duas coisas. (risos) (Maria)

Clarice, além de lidar com sua própria doença, que é grave, precisa lidar com as doenças de seus familiares. É preciso compreender o complexo fenômeno do cuidado nesta realidade vivenciada pela mulher:

O Eduardo tem um atraso no “D.P.M”, atraso no desenvolvimento, e tem problema de esquizofrenia, bipolar né? Porque uma hora ele é uma coisa, outra hora é outra, daí puseram que ele tá com... surto psicótico né, agudo, surto psicótico (Clarice).

Dourado *et al.* (2018) colocam que o cuidado de pessoas com problemas de saúde mental é associado à figura feminina como principal cuidadora, independente de condição consanguínea. Sobre a doença do marido, Clarice relata:

Ele tem aposentadoria por invalidez, ele tem problema igual do Eduardo sabe?... Psiquiátrico e agora ele estourou o tímpano do ouvido dele, duas vezes né? Daí ele foi operado, agora tem que recuperar de volta, ele tá com uma hérnia que ele operou duas vezes e por causa de puxar o carrinho a hérnia voltou... ele tá com problema de diabete (...) da outra vez eu fui com ele, que passa caminhão, carro, tudo, é perigoso porque ele, a carga tá alta, ele não enxerga, sabe? Esses dias ele foi atropelado com o carrinho, quase foi atropelado (Clarice).

Walquiria também lida com situações de doenças graves do marido:

Porque até pouco tempo o Evandro tinha vários retornos no médico. Porque quando ele começou a passar mal, que nós fomos parar lá no Cajuru, daí às 11 horas da manhã que o médico veio com o laudo assim, ele teve um tromboembolismo, intestino. Morreu a circulação ali e teve que operar para tirar essa parte, foi retirado 10 centímetros. Daí tinha retorno com o médico da cirurgia, o clínico, o neurologista por causa dos 5 AVCs que ele teve e o cardiologista porque antigamente ele tinha a pressão muito alta, não baixava mais que 16 por alguma coisa. Agora tá a 13, só que o médico não tá satisfeito ainda, ele quer abaixar um pouquinho mais para normalizar. Ele faz tudo sozinho, mas vamos supor, lavar uma louça ele já não consegue porque ele... a sequela, até não impede ele de pagar as coisas. Só que dependendo um copo, que é um pouquinho mais, pra ele segurar com o peso da água ele não consegue. Ele pega, mas logo em seguida cai. Porque ele não fica. Agora o médico do postinho, que eu tenho que marcar um retorno para ele lá, quer ver se marca para ele sessões de acupuntura, para ver se ajuda. Porque tem dias que ele reclama assim que o lado esquerdo do braço e da perna assim tá bem pesado (Walquiria).

Os usos do trabalho feminino no cuidado são caracterizados pela centralidade do conhecimento que a mulher tem sobre as condições de trabalho dos demais membros da família, implicando nesta análise em compreender a forma que o significado de acompanhar o marido ocupa na fala de Clarice. A política pública no atual estágio de seu desenvolvimento reconhece as multitarefas atribuídas à mulher e seu papel de gestora do lar quando a coloca como referência familiar prioritária para os programas de transferência de renda.

A experiência de Marilda nos informa sobre os processos de trabalho e suas interrupções em um sistema que permanece ao longo da história e do contexto cultural a delegar à mulher a função do cuidado, e pela distribuição desigual de atividades.

Daí a empresa fechou né, e foi embora pra Goiânia, e daí acertou com os funcionários, né? Daí na época eu tinha o meu neto pequeno, né? Tava com 6 meses, daí eu fiquei, parei de trabalhar de novo pra poder cuidar dele, né, porque daí minha nora não deu certo com o meu filho, eles separaram, e daí o menino acabou ficando com a gente, né? (Marilda).

Estava casada ainda... daí eu peguei e fiquei pra cuidar dele né? Daí depois quando ele tava com... com 5 anos, 5 anos e pouco, foi que daí veio a separação. E daí eu tive que retornar ao mercado de trabalho de novo né? Naa época eu tava desempregada... e tive que voltar daí a trabalhar. Daí foi um pouco mais difícil né, porque... daí... eu precisava né, realmente, daí eu tive que encarar o que apareceu, né? (Marilda).

Muito comum no público atendido na assistência social é a situação de avós assumirem o cuidado com os netos, inclusive sendo suas responsáveis legais, além de auxiliarem financeiramente os filhos. É frequente as famílias dependerem da renda de aposentadoria ou benefício desses avós, devido ao desemprego.

Iara, em seu relato, também expressa adaptações em sua vida laboral devido ao cuidado com o filho quando era pequeno.

Daí eu deixei de diarista porque meu filho foi pro pré quando era pequenininho, ele ficava o dia inteiro na escolinha no pré... daí depois ele foi para a escola meio período, daí eu deixei de trabalhar de diarista, depois trabalhei de costureira pra mim ficar com ele depois do almoço (Iara).

Antes de ter seu filho, relatou que inclusive sua vinda para Curitiba foi para cuidar de familiares:

A tia tava internada no hospital, daí ela pediu pra mãe, ver se a mãe podia deixar eu vir pra ficar ali com o tio, e cuidar né?... Fazer comida, roupa... daí a mãe falou ah... que era irmã da mãe, daí a mãe deixou eu vim... eu ia ficar com ela no hospital também. De noite, eu ficava com ela, daí no outro dia eu voltava ficar com o tio em casa. E daí ela faleceu, daí eu fiquei aqui até o tio falecer também... (lara).

Luciana também precisou vir morar em Curitiba devido à doença do filho:

Ele nasceu com um distúrbio pulmonar. Ele precisava ser acompanhado com pneumo. Ele não precisou ficar numa incubadora, mas ele precisou de ter... tratar com oxigênio, alguns remédios que lá a gente não tinha acesso. E eu fui obrigada a vender tudo que eu tinha lá. Eu ia pra São Paulo na casa de uma tia minha, aí uma conhecida que tava aqui em Curitiba falou "Lu, vem pra cá, a saúde aqui é melhor... você vai ter um bom acompanhamento, você vai ver". Aí Curitiba, a gente ouve muito falar do povo daqui... uma cidade fria, eu tinha pensado num lugar mais quente, eu vou para uma cidade fria fazer um tratamento desse? Daí ela disse "vem pra cá que você vai ser bem acolhida" (Luciana).

Também aparecem nas falas a ausência masculina e a necessidade de assumir sozinha o sustento e cuidado dos filhos, ficando implícita uma norma social e cultural de que a mulher é a primeira e principal responsável por esse cuidado. No caso de lara, seu marido começou a usar drogas e ela precisou assumir a responsabilidade sozinha pelo cuidado e sobrevivência do seu filho.

Daí ele foi né... se destruindo. Foi vendendo carro, uma coisa e outra... Daí eu decidi ficar com o filho. Daí eu continuo batalhando, criando ele, pagando as contas de casa... Às vezes, quando eu posso, no domingo eu trabalho como diarista num laboratório. Eu trabalho no domingo daí. Porque no domingo eu costuro também, sábado e domingo eu costuro direto. Trabalho direto. Pra mim dar conta pelo menos... por mais... único filho... (lara).

Zuleika também relata a ausência masculina no sentido de assumir responsabilidades pela família:

E ele não dava 1 centavo pra dentro de casa, ele sempre trabalhou mas o dinheiro era pra ele, ele gastava em bailão, ele foi até na zona, ele chegou até a pegar doença, doença venérea de mulheres da zona (...) Trabalhava de diarista. Eu não quis trabalhar assim registrada porque como o pai dos meus filhos sempre foi um pai ausente, né? Porque ele sempre foi presente pra me bater, pra me xingar (Zuleika).

As falas das entrevistadas corroboram o trabalho de Dupont (2017), que constatou que o contexto cultural atribui ao sexo feminino as obrigações domésticas e de cuidado com a família, gerando sobrecarga devido à dupla e às vezes tripla jornada de trabalho, e influenciando diretamente a qualidade dos empregos adquiridos pelas mulheres, sujeitas a ocupações mais precárias. Conclusão também apontada por Bartholo *et al.* (2019) sobre o cuidado ser de responsabilidade feminina.

A capacidade da mulher de produção do trabalho e ao mesmo tempo de cuidar da família revela um processo cumulativo retroalimentado pela política. Contraditoriamente, se por um lado a política favorece às mulheres o acesso aos benefícios, talvez sejam necessárias outras políticas que atribuam ao homem alguma corresponsabilidade pela manutenção da família, de maneira a propiciar alguma autonomia para as mulheres. A atribuição das práticas de cuidado vem de diferentes fontes, tendo relação com a constituição da família e com processos de filiação às ideias de mulher e das práticas de cuidado. Nesse sistema, a lógica interna atribui a uma das mulheres da família o papel de cuidadora, ao mesmo tempo que ela se apropria dos valores do cuidado e atribui a si mesma a responsabilidade. O olhar para essas mulheres, em relação à sobrecarga advinda desse papel, é fundamental para a prevenção e promoção de saúde mental e para um atendimento mais humanizado na política de assistência social.

6.1.5 O adoecimento

É uma característica do público atendido na assistência social as situações de adoecimento físico e psíquico. A maioria das pessoas atendidas no CRAS também são acompanhadas na política de saúde. As condições de vida apresentadas, com escasso acesso à renda, falta de moradia adequada e trabalhos de sobrecarga física e psicológica, dificultam o cuidado com a própria saúde.

O adoecimento foi uma dimensão presente na fala de sete entrevistadas e se apresentou muito relevante, pois é um fator que impõe dificuldades no cotidiano. Esse adoecimento aparece em consequência direta da atividade

laboral, como também há uma relação entre um processo de doença física que dificulta a execução e inserção no trabalho.

Iara, que está em uma condição clara de trabalho precarizado na costura, relata seu cansaço progressivo: “Não sei, acho que eu fiquei mais velha, Mari, cansada, mais... nossa... bem mais difícil agora. Parece que a movimentação do corpo da gente não leva jeito (risos). Bem menos agora...”. Maria reclama das dores devido ao trabalho como coletora de material reciclável: “O papel cansa muito, dói muito as costas, as pernas da gente...”. Walquiria também relata adoecimento devido a questões ergonômicas e sobrecarga no trabalho:

Nessa parte do açougue o mais é por causa da carga horária, é mais complicado porque tem vezes que sobrecarrega muito. Que teve uma época no mercado que eu trabalhava e ninguém tirava minha folga, que eu vendia, que na época como eu tinha criança pequena né, recebia um pouquinho a mais, mas ia sobrecarregando o corpo. Eu trabalhei assim durante 6 meses, daí só que chegou no terceiro mês eu não aguentei mais, eu fui no posto, fiquei com atestado de... era pra ser de 15 dias, eu pedi de 10 e tive que comprar uma daquelas cintas por causa da coluna, porque não aguentava, tava sobrecarregando demais. Que daí é bem pesado, que tinha igual caixas lá eu erguia com 70 kg, tinha pedaços de carne que vinham mais inteiros para sair mais em conta para o mercado... tinha uns que chegavam até 120 kg, só que daí você erguer o ombro parece que não é tão pesado, mas é (Walquiria).

Mesmo Luciana, que possuía um trabalho de maior qualificação, relata uma hipótese de adoecimento devido às condições de trabalho sem segurança. em parte, atribui o fato a falta de cuidado seu, mas também relata falta de investimento do governo na saúde pública onde residia. O seu adoecimento gerou consequências também na saúde dos seus filhos.

Foi uma gravidez bem complexa porque, eu não sei se foi o período que eu passei dentro da radiologia, um pouco eu não me cuidava com relação aos efeitos do raio. Então eu pouco usava dosímetro, eu pouco usava meus EPIs. Eu ia pro centro cirúrgico eu não usava um avental de chumbo. Porque tipo... saúde pública no Norte do país é muito precária. Você ganha seu salário, e EPIs é com você sabe, é muito raro. Então acredito que eu concentrei uma taxa de raio em mim muito alta, e quando eu engravidei já tinha aquilo no meu organismo. E a gravidez dele foi muito complicada (Luciana).

Alice relata situação de adoecimento psíquico, vivenciado devido ao estresse e pressão por desempenho no ambiente de trabalho:

Sempre adorei trabalhar, sabe?... E... tanto que eu fiquei durante esses 7 anos, saí porque eu queria procurar outra coisa pra serviço mesmo, não, não me senti mais à vontade trabalhando, é um serviço muito bom que sempre adorei fazer e por último tava ficando muito estressante a questão da meta, eles cobravam muito meta. Então eu senti que o meu psicológico... eu estava ficando muito abalada psicologicamente (...) eu não sei assim, eu sentia que aquilo não era mais pra mim, sabe? Não era mais um ambiente agradável que eu estava ali... eu ia trabalhar chorando, eu falava para o meu esposo eu não quero estar ali, eu não quero. (...) Eu não sei, mas eu acredito que eu cheguei a entrar num quadro meio depressivo assim, porque eu ia trabalhar chorando, eu não fazia mais questão de tá onde eu estava (Alice).

As condições de trabalho têm forte influência no bem-estar físico e emocional dos seres humanos. No caso de Lara, costureira, que tem uma condição de trabalho com pouca ergonomia e que exige muitas horas, verifica-se um desgaste físico progressivo. Alice, na área de vendas, sofreu a pressão das exigências do mercado de metas e pouca valorização profissional, o que leva ao estresse e, progressivamente, ao adoecimento tanto físico quanto psicológico. Segundo Freire (2023), o neoliberalismo, que produz violência, polarização social, competição, insegurança e desamparo, tem o adoecimento mental como uma de suas consequências.

Existem ainda as doenças que acometem algumas mulheres e dificultam não apenas sua inserção no trabalho como afetam todos os outros aspectos de suas vidas, pois são cuidadoras de outras pessoas e correm importante risco de vida, como no caso de Clarice e Marilda.

2012, foi na época que veio a minha doença (...) Estão investigando sobre o câncer, né? Porque provavelmente é isso que eu tenho... já faz muitos anos, né?... Não sarou nunca, nunca fico boa. Não consigo comer, eu tenho enjoo, ah! Deu nos meus exames que eu fiz, deu que o meu estômago está aberto, tenho úlcera, gastrite, meu estômago tá aberto... já tentaram fazer cirurgia e não conseguiram, porque meu coração parou... já parou duas vezes... não sei porque trouxeram de volta... não deviam ter trazido. (...) Tem essas consultas chatas que eu tenho que ir quase todo dia, na semana passada eu fui a semana inteira, essa semana também de volta, a semana inteira... (Clarice).

Eu tô tratando de um câncer de medula. Eu fiz transplante e... em dezembro de 2021, né? Mas continuo fazendo quimioterapias. Que a médica disse que tem que fazer por pelo menos mais uns 2 anos... porque senão ela falou que o câncer voltava muito rápido, né?... Então eu continuo fazendo, por mais uns 2 anos tenho que continuar a fazer (...) Hoje eu já não consigo mais limpar, né? Porque esse câncer que me deu ele atingiu os ossos, e o meu começou justamente pela coluna. Então as primeiras vértebras minhas, ela tem fratura... então hoje eu já não consigo mais... fazer esforço, né? ("E fala sobre sua impossibilidade de retorno ao trabalho.") Eu acho que eu não volto a trabalhar mais né?... Agora eu passei por uma perícia, agora em dezembro, e eu tô

afastada até dezembro de 2024. Então eu acho que voltar a trabalhar mais, eu acho que não volto, né?... (Marilda).

A doença aparece como mais um dificultador na vida dessas mulheres, que são cuidadoras de outras pessoas e precisam também se cuidar. Isso gera um impacto ao se considerar doenças graves que colocam suas próprias vidas em risco e a situação dos que são dependentes delas. Buss e Pellegrini Filho (2007), em seu estudo, analisaram as relações entre saúde e seus determinantes sociais. A ideia que o conceito “determinantes sociais de saúde” traz é de que “as condições de vida e trabalho dos indivíduos e de grupos da população estão relacionadas com sua situação de saúde” (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007, p. 78). Pode-se afirmar, portanto, que a situação de vulnerabilidade social contribui para o adoecimento - pois a vivência de vulnerabilidade tem como consequências frequentes a sobrecarga de trabalho, vivências de violência doméstica, estresse devido ao pouco acesso à renda e dívidas - e para o próprio papel de cuidadora, que faz com que a mulher coloque o bem-estar dos outros acima do seu, e acabe por não procurar o serviço de saúde com frequência para cuidar de suas próprias questões físicas e emocionais.

6.1.6 Ausência de lazer

O lazer é um importante aspecto para a manutenção da saúde mental. Essa importância é citada por Vicente (2018), em sua tese, onde explica que o lazer é colocado como um espaço de individualidade em que a mulher pode se priorizar em detrimento das demandas da casa, do cuidado com os outros e do trabalho. Na realidade das mulheres em vulnerabilidade social entrevistadas, porém, fica evidente a ausência desse espaço. O tempo delas é ocupado com trabalho, tarefas domésticas, tratamento médico e com o cuidado de outras pessoas. Clarice, ao ser perguntada sobre sua idade, teve dificuldade em responder, pois como afirma:

Meu aniversário passa em branco, eu nunca lembro, eu nem sei quantos anos eu tenho. [Também coloca sobre seu tempo consumido em consultas médicas.] Ah... se vai sair é pra ir no médico, se vai porque vai não sei aonde, você nunca sai pra sair se divertir, nunca eu digo “Ah, hoje eu vou sair pra me divertir”, que nada! Eu vou sair só pra me incomodar! Pra voltar mais nervosa ainda, pra trazer um monte de receita pra casa e não poder comprar os remédios nem nada (Clarice).

A ausência de lazer também está presente na fala de Marilda: “Hoje em dia só saio pra ir no médico... pra ir no médico e pra ir na casa da minha mãe, que ainda tenho minha mãe viva, né?... Minha mãe tem 91 anos.” Para Luciana, “a minha vida é meus filhos e a minha segunda vida é o meu trabalho, e é casa trabalho, casa, trabalho”. No relato de Iara, a ausência de lazer não aparece diretamente, porém é possível perceber nas entrelinhas, à medida que ela ocupa seu dia lidando com questões do filho, tarefas domésticas e consultas médicas.

Ah... eu costuro um pouco, daí eu trabalho... limpo um pouco, lavo roupa, daí eu volto a costurar... cada coisa um pouquinho. Aí eu faço almoço. Espero o filho vir, daí almoçamos, daí volto a costurar (risos), eu gosto... é, fico ocupada o dia inteiro (risos) (Iara).

Além disso, o tempo que precisa costurar para poder minimamente gerar uma renda para as necessidades básicas é muito alto. Iara relata costurar durante o dia, à noite e às vezes de madrugada, além de fazer bicos como diarista aos domingos. Devido a essa ausência de acesso ao lazer, o trabalho para algumas mulheres acaba tomando uma dimensão de distração dos problemas do dia a dia relativos a doenças e familiares. Como presente na fala de Iara: “Porque a pessoa sem trabalhar fica pensando só, né Mariana?... Você tá trabalhando, não tem o que ficar pensando, tem que pensar no serviço, né?...”. Relato também ouvido de Maria: “Até o papel distrai a cabeça, né? Se ficar trancada dá depressão na gente, sei lá...”. Inclusive, quando sai no fim de semana para proporcionar um tempo de lazer aos filhos, Maria continua trabalhando.

A falta de lazer é uma das questões que leva ao adoecimento, gerando um ciclo de trabalho, pagamento de contas, sobrevivência, sem outros prazeres que ajudem no alívio da sobrecarga e estresse. Percebe-se a falta de acesso mesmo a lazeres gratuitos presentes na cidade, como parques e atividades culturais. Nesse aspecto, a política pública tem um papel muito importante no acesso da população atendida a esses espaços. Uma parceria entre a política da assistência social e as políticas de esporte e lazer, cultura e urbanismo pode ampliar esse acesso.

6.1.7 O trabalho para além do aspecto financeiro

A questão central do sentido do trabalho que procurou-se compreender nas entrevistas se relaciona com os processos de configuração da subjetividade dessas mulheres. O sentido é constituído pela subjetividade, mas também é constituinte e definidor desta. Ele integra formas diferentes de registro social em uma articulação complexa das emoções, processos simbólicos e significados (GONZÁLEZ REY, 2000). Em que pese o carácter heterogêneo da subjetividade individual, apresenta-se uma relação com a subjetividade social expressa em algumas respostas comuns a todas as entrevistadas. Esta subjetividade social é um sistema integrado deste grupo de mulheres que pertencem a um coletivo, no nível institucional, grupal e social, e que revelam, sobre o trabalho, complexas relações.

Existe algo em comum e compartilhado ao se falar do trabalho, que está no âmbito do seu significado: “Final do mês minhas conta em dia, né? Eu quitar as minhas contas” (Clarice). “Palavra trabalho pra mim significa acho que se manter... poder se sustentar” (Alice). Ao desenvolverem a resposta além do significado mais comum e socialmente compartilhado, porém, surge o sentido mais individualizado. Na relação entre a subjetividade social e a individual, que é por vezes complexa e contraditória, a mulher se expressa singularmente naquilo que é particular e valorizado por cada uma:

Ah pra mim.... é... .eu... queria trabalhar porque ah... é.... sossego, paz, tranquilidade, final do mês minhas conta em dia né? Eu quitar as minhas contas eu já ficava mais sossegada... eu sempre trabalhei, nunca... nunca... recusei trabalho desde pequena, né? (Clarice).

Ah! Trabalho é vida, né? Trabalho é você se sentir viva, se sentir que você pode fazer algo pra mudar, porque trabalho é tudo na vida da gente. Deus acima de tudo e o trabalho, né? Eu penso que você se sente útil, nossa quando eu tô sem trabalho me sinto humilhada, nossa é muito ruim (Zuleika).

O meu trabalho é minha segunda vida... porque... quando você trabalha com amor, quando você se dedica a algo que você gosta mesmo, não é por um valor mensal... mas se dedicar àquilo que você gosta, que você se sente bem fazendo e flui. Então a minha vida é meus filhos e a minha segunda vida é o meu trabalho, e é casa, trabalho, casa, trabalho. É mais ou menos isso. Vai além do financeiro (Luciana).

O sujeito, pela mediação de sua atividade, integra significados e sentidos construídos na sua relação com o mundo (BENDASSOLLI; GODIM, 2013). O

trabalho dessas mulheres incorpora uma dimensão de sentido do sossego, paz e tranquilidade no lar, possibilidade de mudar e amor no que se faz, ultrapassando a geração de renda. Aparece também um sentido de valor moral, como uma virtude, ao nunca ter se recusado a trabalhar, na humilhação sentida se não estiver trabalhando e ao desempenhar sua função com amor e dedicação. Existe o impacto do olhar do outro na comunidade e nos processos de comunicação sobre o sujeito trabalhador que leva à dignificação do trabalho pelo coletivo. O status de desempregado está associado à degradação do ser, à exclusão do trabalhador das práticas de consumo e das redes de relação.

Mesmo aos trabalhos desvalorizados socialmente e com desgaste físico, como no caso de Maria e Zuleika, que atuam com a reciclagem, são atribuídos sentidos positivos:

Ah pra mim é bom trabalhar. Distrain a cabeça... pra mim é ótimo tá trabalhando (...) Até o papel distrai a cabeça, né? Se ficar trancada dá depressão na gente, sei lá... pra mim eu gosto de trabalhar, sempre trabalhei, né? (risos) (Maria).

E eu adoro, é uma coisa que eu aprendi a gostar, é um serviço cansativo, é um serviço... eu gosto, eu fiz muita amizade com as pessoas na rua, eu perdi peso também. Pra você ter uma ideia, quando eu comecei as minhas calças era número 40, quando eu comecei a juntar reciclagem, aí tipo assim, eu perdi bastante peso, eu pesava 60 kg cheguei a 54 kg. (...) Aí eu continuei, sabe quando você pega amor por o que você faz? Eu me sinto muito bem trabalhando, você fica alegre, você chega em casa quebrada, mas é aquela cansaça gostosa de dever cumprido, de sensação de trabalho realizado (Zuleika).

No caso de Zuleika, o trabalho também trouxe um sentido de autonomia e independência em relação à figura masculina.

Daí teve pessoa assim na rua quando eu tava com o carrinho, “por que que você não arruma um marido pra te ajudar?” Marido!!!! Eu tenho um homem que me ajuda, aquele lá de cima eu não preciso de outro, pra que homem? Pra me maltratar? Pra me machucar? Pra me xingar? Pra me espancar? Pra me estuprar? Não! Muito obrigado, eu tô muito bem assim (risos) (Zuleika).

Há uma dimensão do sentido do trabalho emocional e relacional que se estabelece no grupo, na solidariedade, na comunidade; ter relações interpessoais para além do ambiente familiar, como foi citado por Zuleika

anteriormente, que relata ter feito muitas amizades na rua. Para Marilda e Walquiria, este aspecto foi fundamental nos seus períodos de trabalho.

Eu acho que o trabalho é tudo... (choro)... Eu sinto muita falta do meu trabalho... Acho que tudo, né?... (choro) De poder sair, de poder... que o trabalho não é só o trabalho, né? É... você tem tuas amizades, né?... Depois que eu parei de trabalhar é... nos primeiros meses até que ainda tinha né, aquelas pessoas que ligava né, que perguntava, né?... Hoje em dia acabou tudo... (Marilda).

Ah... tipo contato com outras pessoas, né? Dependendo, no meu como tinha bastante cliente você fazia amizades, tinha... todos os lugares que eu trabalhava sempre tinha o contato da pessoa... quero que certa pessoa venha me atender. Né, daí tanto é que tinha vezes que eu não tava lá, ela voltava no outro dia, ou muitas vezes tava em horário de almoço, eu saía pra atender a pessoa, né, o contato ali (Walquiria).

Sobre a importância das relações sociais no trabalho, Silva e Azevêdo (2020) verificaram que os vínculos significativos estão concentrados nas famílias, na comunidade/projeto comunitário e nas relações de amizades e trabalho. Os resultados apresentam indicadores de promoção da saúde que permitiram desenvolver trabalho, renda e protagonismo das mulheres para a construção de projetos de vida.

Na fala de Iara, o trabalho surge como uma forma de não pensar em seus problemas e dificuldades. Iara tem um marido, porém não sabe de seu paradeiro há 2 anos. Ele faz uso de substâncias psicoativas e, em decorrência dessa situação, ela e o filho enfrentam muitas dificuldades.

É muito importante o serviço, Mari, sem serviço a pessoa não tem... não sei como que as pessoas vivem sem trabalhar, porque eu não paro. (...) Nossa, eu me sinto bem! Porque a pessoa sem trabalhar fica pensando só, né Mariana?... Você tá trabalhando, não tem o que ficar pensando, tem que pensar no serviço, né?... (Iara).

A possibilidade de poder ter um alívio dos problemas pessoais dá sentido para um trabalho precarizado, com a exploração da mão de obra, pois ele ocupa, no caso de Iara, tanto o seu dia quanto madrugadas, o que contribui para ela não ter muito tempo para pensar em outras coisas.

Na fala de Alice surge inicialmente um significado mais geral de poder manter-se financeiramente, porém, com o desenvolver de sua resposta, esse manter-se se amplia, trazendo a questão de autocuidado.

Sem trabalho a gente não consegue se manter, se manter na parte de tudo eu digo, né? A parte de alimentação, a parte de cuidados, né? Porque eu acho assim que a vaidade da mulher é muito importante também, né? Como eu disse pra você, eu tenho me sentido tão mal, minha sobancelha, as minhas unhas que eu roo. Então assim, antes é, eu sempre usei alongamento, então eu me olhar na situação que eu ando hoje em dia pra mim é uma dor muito grande, porque parece que, eu deixei muito de lado. Mas não é que eu deixei, é por falta... por falta de não ter pra poder, né? (...) Então pra mim a palavra trabalho significa isso... Acho se manter, mas se manter em questão de tudo, da gente, beleza, comida, alimento, eu acredito que seja isso. Não me vem outra coisa na cabeça. (...) Eu preciso começar a trabalhar de novo... pra mim voltar a ser a Alice que eu era antes, porque na verdade eu desconheço essa Alice... essa Alice que tá com esse cabelo desse jeito aqui oh, eu desconheço, tá? (risos)... Essa não é a Alice (Alice).

Há um sentido relacionado à própria autoestima, de sentir-se bonita, bem consigo mesma, tanto no ter acesso aos produtos e procedimentos necessários como também em sentir-se motivada para se arrumar, pois irá sair de casa para trabalhar. Há um nível de expressão da subjetividade individual, ainda que profundamente relacionado com a subjetividade social.

Uma constatação a partir do que foi colocado nas entrevistas é que o sentido do trabalho não está somente ligado à categoria de vulnerabilidade econômica. Para essas mulheres, ele vai além. Há o sentido de amizades, sociabilidade em geral, relações de solidariedade e que remetem ao autocuidado. Como no estudo de Sanches (2017), surgem também valores liberais relativos ao consumo, como a autonomia, independência e individualidade, porém as dimensões relacionais e de bem-estar se sobrepõem. O estudo de Costa (2018) também valida algumas das questões emergentes nas entrevistas, pois coloca que o trabalho é reconhecido como fonte de prazer, elemento fundante do sujeito e gerador de sentido para as mulheres. A relação da mulher com o trabalho fora do lar, porém, somada às ocupações que continua a exercer no ambiente doméstico, pode ser geradora de estresse emocional, sobrecarga física e psíquica.

Entender que para esse público existem sentidos relativos ao trabalho que são particulares vai contra a ideia predominante de homogeneização das pessoas em vulnerabilidade social, que aparece como problematização no trabalho de Battistelli *et al.* (2018) e Sawaia (2002a). Se considerarmos a existência da subjetividade individual, podemos pensar em um protagonismo do

sujeito em relação ao trabalho e a sua integração social, não havendo uma relação linear e nem homogênea do público atendido com a assistência social.

Ao perguntar-se sobre projetos futuros com relação à área profissional/trabalho, procurou-se entender aspectos emocionais como esperanças, sonhos, perspectivas e motivações. Essa dimensão demonstra que a vulnerabilidade econômica, a necessidade de geração de renda imediata para sobrevivência, não anula esse aspecto da subjetividade, que envolve uma projeção de vida para o futuro. Na sua fala, Clarice conta qual é o seu sonho: um trabalho que possibilite a geração de renda e ao mesmo tempo lazer.

Eu queria comprar um terreno na praia, e vender, sabe, comprar aquele sorvete americano? Carrinho de sorvete americano, vender sorvete na praia... por isso que eu tentei, já tentei por duas vezes comprar, porque daí o Eduardo também saía com a gente, passeava tudo, daí até melhorava né? Daí era esse o meu sonho. (...) Pelo menos na praia a gente ia sair pra se divertir, né?... Sair pra vender sorvete, pra conversar com um... com outro... passear um pouco, ter uma vida boa, né? Esse que era o sonho (Clarice).

Zuleika traz um projeto futuro que possa garantir uma renda maior para conquistar seus sonhos e auxiliar outras pessoas, e traz a qualificação profissional como um caminho.

Eu tenho vontade de terminar os estudos, fazer um curso completo de ... de.... de... informática, aprender algumas línguas, o inglês, algumas línguas assim pra eu conseguir arrumar um trabalho que eu ganhe... que eu ganhe o suficiente pra eu poder é... fazer minhas coisas. Meu sonho sabe o que é realmente? Tipo assim, um trabalho, eu que consiga um trabalho que eu ganhe bem pra eu conseguir é... conquistar as minhas coisas e ajudar as pessoas que precisam também. Eu tenho esse sonho, sabe? Acredito que eu vou conseguir. Não, não é porque eu tenho 55 anos que eu vou falar que é tarde, não é tarde, enquanto a gente vive eu acredito que nunca é tarde (Zuleika).

Em sua fala há uma forte influência do pensamento neoliberal, que coloca o conhecimento de inglês e informática como decisivos para uma inserção no trabalho em vagas melhores. Há um entendimento por parte dela da necessidade de qualificação para maior geração de renda. Já Lara considera que atingiu seu objetivo:

Ah, Mari... Ah, eu (pausa) sempre quis né, sei lá. Eu sempre quis ser dona de casa e trabalhar em casa. Pra mim eu tô conseguindo né trabalhar em casa né, Mari? Só que é muito pesado, tem que começar cedo e terminar tarde. Mas... é isso que eu sempre queria, e cuidar da casa, né Mari? Apesar que é simplesinho, mas ... eu cuido. Sim, sempre

quis trabalhar em casa... e cuidar do filho, das coisinhas assim. Pena que meu marido não colaborou. Mas eu tô indo com meu filho... e eu vou até o fim (riso) (Iara).

Aqui percebe-se uma influência da vulnerabilidade social, no aspecto da baixa escolaridade, e de questões culturais que delimitam o papel da mulher como mãe e dona de casa. Além disso, o trabalho precarizado e alienado reproduz os valores da ideologia dominante. Contudo está envolvido, também, um certo grau de satisfação por ter cumprido com esse objetivo sozinha, enfrentando as dificuldades sem o auxílio do marido.

Também estão presentes as mudanças no ciclo de vida influenciando os projetos de futuro. Alice relata como suas perspectivas mudaram após ter o filho, há a necessidade de voltar a trabalhar, sim, de retomar sua vida profissional, mas equilibrando isso com ter tempo para seu filho:

Olha... eu já tive bem mais. Hoje em dia eu digo pra você assim que ... que nem, o meu sonho sempre foi ser veterinária... desde pequena eu sempre gostei muito de animais. Depois que eu tive meu filho eu quero matar... eu tenho uma cachorrinha lá, ela entra dentro de casa eu já grito sai pra fora!!! Então parece que depois que eu tive ele assim mudou bastante. Minha cabeça parece que é voltada só em cuidar dele, não sei se é porque eu não voltei na minha vida profissional ainda, se eu tô muito focada naquele negócio mãe, mãe, mãe, sabe? Muito mãe... eu deixei muita coisa de lado, muito pensamento da parte profissional, quero sim, preciso, tenho que voltar a trabalhar, mas assim... eu acho que eu deixei muita coisa de lado, sabe? (...) Então... eu... o que eu busco assim agora quando eu voltar, não quero voltar pra parte de ótica, por conta disso, a gente trabalha muito por pressão, mas eu gosto muito de trabalhar com o público. Então assim, o que eu ia tentar, uma lotérica... não vou negar pra você que eu também não queria um serviço de domingo a domingo porque eu quero ter tempo pro meu filho, então assim, como eu tenho uma certa experiência eu acredito que eu consiga um serviço bom, sabe? Um serviço de segunda a sexta não digo, mas um serviço de segunda a sábado, trabalha até meio-dia, 1h. Eu não queria, mas se precisar a gente vai, né? Mas não queria ter que trabalhar de segunda a segunda, ou seja, mercado essas coisas... mas por conta de eu ter o meu filho, mas se eu não tivesse ele, não tem problema, a gente mete a cara, a gente vai. Mas hoje em dia, por isso eu falo pra você assim, depois que eu tive ele eu deixei muita coisa, parece que meu foco, meu pensamento é sempre ele, é... Comentei com você também que eu fiquei bem surtada essa semana por conta de eu me sentir assim que eu sou sempre a última, às vezes eu tô com fome e vejo cara... eu não comi, tô com dor na bexiga e meu Deus, eu não fui no banheiro hoje, eu não tomei um copo de água, porque sabe, é o tempo todo parece se preocupando só com a criança. Por isso que assim, acho que quando ele for pra creche, eu não sei... ah quero que ele vá, ao mesmo tempo que eu quero que ele vá, o meu coração fica apertado, sabe? Mas eu preciso pra mim começar a retomar a minha vida, começar a ver as coisas como eu via antes... (Alice).

Luciana também traz a relação do trabalho e cuidado com os filhos, e traz o sonho de ter seu próprio negócio:

Hoje em dia eu quero só viver os meus filhos, trabalhar hoje no que eu gosto, no que eu amo que é cozinhar e quem sabe lá um dia eu montar meu restaurante. (...) Ter um restaurante...ter "O Cantinho da Lu". Eu falo assim que eu comecei, logo que eu saí do P.G. eu fui pra uma empresa que eu trabalhava de segunda a sexta, então aos sábados e domingos eu fazia almoço encomendado, eu fazia marmita. E... todo mundo que gostou desse período de comer a minha comida falou (Luciana).

Walquiria também manifesta desejo de trabalhar por conta própria, com perspectiva de fazer seu próprio horário, o que facilitaria conciliar os cuidados com a família:

Eu quero ver se eu compro uma tenda para eu começar a vender pastel. Porque daí eu faço crochê em casa também, que eu gosto, pra passar o tempo, e daí eu quero ver se eu faço. De arrumar um ponto, comprar aquelas tendas mais reforçadinhas assim. Porque pastel é uma coisa que todo mundo gosta, né? E é fácil de fazer, daí eu faço o meu horário de trabalho, né? (Walquiria).

No caso de Marilda, ter uma doença grave tem grande impacto em sua subjetividade e perspectivas de futuro. Quando perguntado sobre algum projeto ou sonho para sua vida profissional, ela respondeu: "Não... (sons com a boca que expressam não)... (silêncio). Eu acho que eu não volto a trabalhar mais né?...". Maria também não projeta grandes sonhos profissionais; quer um serviço registrado, mas aceita o trabalho que vier:

Que é bom um serviço registradinho, né? (Desejo) Ah, meu sonho é ter outra casa, né, maior (risos), ter um quintal pras crianças brincar porque aqui né, perto do rio né, não é aquela coisa, né? Queria uma casa melhor, um lugar diferente. Uma casa melhor pra mim e pros meus filhos, né? E passar melhor né, que a gente não tá passando bem, né? Passa ainda alguma necessidade de alguma coisa... eu queria uma casa melhor. E melhor pros meus filhos né, tão crescendo, né? Dá pra tentar em outra coisa né, pra mim o que aparecer a gente vai, né? Aprender outras coisas, né? Não só negócio de limpeza, né, ficar o resto da vida de limpeza também, né?... É cansativo. Pode ser uma outra coisa diferente, o que aparecer a gente vai. (...) O que vir a gente tá enfrentando, né? (Maria).

Ter um projeto de vida está relacionado a uma continuidade de si mesmo a partir da possibilidade de futuro, com a participação ativa de um sujeito que se projeta e espera por condições melhores de existência. Segundo Dias (2009),

A noção de projeto não encerra um fim em si mesmo, o projeto é uma abstração e como tal não existe independente do sujeito. No entanto, a análise do projeto remete ao estudo de um sujeito do presente, que se vê imputado à obrigação de se pensar no futuro. O projeto de vida é entendido como um movimento do próprio sujeito em processo reflexivo sobre o seu amanhã (DIAS, 2009, p. 92).

Este projeto é atribuído de sentidos presentes na subjetividade social e também de aspectos individuais, todos relacionados ao seu contexto histórico e cultural. As políticas públicas devem considerar esta variabilidade do ser humano, em termos de perspectivas de vir a ser, porque a autonomia e a autoria da própria história é que vão produzir a emancipação das mulheres de sua condição de vulnerabilidade. São fundamentais o fortalecimento, o empoderamento e o desenvolvimento de sonhos e projetos de vida.

6.1.8 Política pública: consequências de sua presença ou ausência

Pode-se perceber com as entrevistas que as diversas políticas públicas fazem parte da vida dessas mulheres, com potencial de apoio e auxílio para mudança da condição de vida, mas também aparecem momentos em que a ausência ou falta de acesso a essas políticas potencializam situações de vulnerabilidade já vivenciadas. As políticas que surgiram nas falas foram de educação, saúde, previdência, trabalho e assistência social. O CRAS, de acordo com a PNAS, presta serviços e desenvolve programas socioassistenciais de proteção social básica às famílias. Desenvolve também a articulação destes serviços no seu território de abrangência, visando potencializar a proteção social e atuando na perspectiva da intersetorialidade (BRASIL, 2004). As mesmas famílias atendidas acessam outras políticas; inclusive, algumas têm o CRAS como a porta de entrada que realiza orientações e encaminhamento para essas políticas.

Com relação à política de educação, as mulheres a acessam na medida em que os filhos frequentam escolas municipais e estaduais. As famílias beneficiárias do programa Bolsa Família precisam manter frequência escolar mínima de 75% como condicionalidade do programa. Há também a possibilidade

de acesso das próprias mulheres, como no caso de Luciana e Clarice, para elas próprias poderem estudar. Luciana cursou sua faculdade com o auxílio de bolsa do governo federal: “Aí eu fiz a radiologia porque eu tinha ganhado a bolsa do SISU, e eu não paguei nada, né?... Foi 100%” (Luciana). Clarice acessou a educação de jovens e adultos por um período, mas foi impedida pelo pai:

Eu estudei até a sétima série, daí eu estava fazendo de noite né? Eu ia fazer o segundo, é... dois anos, a sétima e a oitava à noite, mas daí eu comecei e vazei, mas daí não deu certo por causa de birra, ele implicava com a gente, daí eu tive que sair da escola (Clarice).

Este relato é relevante, pois aponta a questão do machismo presente na cultura patriarcal brasileira. É comum, principalmente entre as mulheres mais velhas, o impedimento de estudar por parte do pai e marido, por considerarem não ser função de mulher. Entre as entrevistadas, somente duas possuem ensino médio completo (Aline e Walquiria), e uma possui ensino superior (Luciana). Muitas vezes a política está disponível, porém, por questões familiares e culturais, essas mulheres não a acessam.

A ausência dessa política também aparece nas falas, principalmente quando os filhos são pequenos, dificultando a inclusão dessas mulheres no mercado de trabalho tanto formal quanto informal. Essa situação aumenta a vulnerabilidade de renda vivenciada. Esta realidade esteve presente na fala de cinco entrevistadas, inclusive no relato das mulheres mais jovens, o que indica ser um problema que ainda precisa ser superado.

Eu trabalhava antes de me casar, daí depois que eu casei eu tive meus filhos, daí eu parei um bom tempo, que na época não tinha assim muita creche que nem hoje, hoje é mais fácil, né? Mas naquele tempo não tinha, daí eu parei de trabalhar pra cuidar deles, né?... E só voltei a trabalhar depois quando eles já tava ... o mais novo com 11 anos (Marilda).

E é essa base de R\$800 a R\$1000. Daí eu vou trabalhar pra mim pagar a babá, então por isso daí ele falou “espera, vamos aguardar mais um pouco”. Vamo torcer pra que a vaga saia logo né, um gasto a menos que a gente vai ter, né? (...) Por isso que assim, acho que quando ele for pra creche, eu não sei... ah quero que ele vá, ao mesmo tempo que eu quero que ele vá, o meu coração fica apertado, sabe? Mas eu preciso pra mim começar a retomar a minha vida, começar a ver as coisas como eu via antes... (Aline).

Logo engravidei da Amanda e demorou um pouco para conseguir creche. Daí eu tinha que pagar uma pessoa pra ficar com ela. Porque é diretão, né? Daí eu comecei a trabalhar de doméstica, de diarista, que daí eu trabalhava de segunda a sexta e pagava o INSS à parte (Walquiria).

Eles eram pequeninhos, não tinha como trabalhar, mas daí depois que eu engravidei dela não deu mais pra trabalhar, mas agora dá porque daí eles estão tudo na escola, na creche, né? Porque antes o Eric não estava na creche, pegaram ele com 2 anos e pouco na creche, demorou (Maria).

Inclusive um dos fatores que contribuiu para a situação de trabalho infantil de Maria foi a falta de vaga na educação infantil para ela: “Ah... com 8 anos, eu ia já com a minha mãe já. Por causa que daí não tinha creche também, né? Daí eles foram me ensinando”. Em algumas situações a vaga na escola está disponível, porém não em período integral:

Daí eu deixei de diarista porque meu filho foi pro pré quando era pequeninho, ele ficava o dia inteiro na escolinha no pré... daí depois ele foi para a escola meio período, daí eu deixei de trabalhar de diarista (Iara).

Com relação à política pública de saúde, as mulheres a acessam através das unidades de saúde e hospitais. Além da frequência escolar, as famílias beneficiárias do Bolsa Família precisam estar com o esquema vacinal em dia e realizar os acompanhamentos de pré-natal.

Eu ia pra São Paulo na casa de uma tia minha, aí uma conhecida que tava aqui em Curitiba falou “Lu, vem pra cá, a saúde aqui é melhor...você vai ter um bom acompanhamento” (...) E foi, eu cheguei aqui numa quarta-feira, na quinta eu fui pro postinho, na sexta eu já estava no Hospital de Clínicas com o Paulo, muito rápido. Ele fez o tratamento lá por dois anos, e depois passou para o Pequeno Príncipe, hoje ele é acompanhado pelo Pequeno Príncipe. Ainda faz tratamento ainda (Luciana).

No caso de Clarice, que o filho possui uma questão grave de saúde mental, ela também recebe visitas domiciliares da equipe de saúde para orientações, acompanhamentos e administração de medicação. Já Zuleika teve uma experiência difícil ao precisar do serviço de saúde pública quando teve perda gestacional:

Porque imagine... você com dor, começa aquelas cólica aqui assim na espinha e ia assim aumentando, aumentando, aumentando... dava

ânsia de vômito e eu só vomitava aquela espuma amarga, e com soro nos dois braços, e sangrando... sem comer, porque eu não conseguia me alimentar de jeito nenhum, aquele enjoo, enjoo muito forte. Daí até que no 7 dia, a doutora veio que passou o feriado. Nossa, daí vinha aquele abençoado daqueles universitários, eu com aquelas cólicas terrível se chegava 10 ali, os 10 faziam o toque! Dava vontade de mandar ele enfia o dedo lá neles, sabe?! E eu só fazia assim, eu me encolhia toda de dor, sabe? Que dor! (Zuleika).

Uma política que foi citada de forma relevante é a da Previdência Social. Como no exemplo do marido de Clarice, que recebe aposentadoria por invalidez devido a sua doença, Marilda também acessa a política por receber auxílio doença. Nos dois casos, porém, devido aos graves problemas de saúde, o valor não é suficiente para suprir as necessidades dessas famílias e elas precisam acessar a política de assistência social.

Tô recebendo pelo INSS, bem menos do que eu recebia, né? Porque, tipo assim, no hospital eu tinha... é... insalubridade, 40% de insalubridade, em cima do meu salário, né? Eu tinha quase R\$600 de vale alimentação, né? Tinha os benefícios né, que quando eu entrei pelo INSS foi tirado tudo, né?... Eu recebo só o salário bruto mesmo, né? Então um pouquinho mais, acho que dá um pouquinho mais que 1 salário mínimo (Marilda).

Sobre a política de habitação, ela não aparece na fala das participantes, mas está relacionada as suas condições de vida. Uma das grandes vulnerabilidades dessas mulheres é a falta de acesso a essa política. Maria, que reside em área de ocupação irregular e de risco, por ser à beira de rio, relata seu desejo de uma casa melhor: “Ah, meu sonho é ter outra casa, né, maior (risos), ter um quintal pras crianças brincar porque aqui né, perto do rio né, não é aquela coisa, né?”. Além dela, Clarice, Walquiria e Zuleika também residem em áreas de ocupação irregular, em situações precárias.

Sobre a política de trabalho, na cidade de Curitiba ela encontra-se dentro da FAS. O filho de Lara acessou essa política através de encaminhamentos para adolescente aprendiz e cursos: “(...) e vai fazer um cursinho na cidadania, dois dias, hoje e dia 22” (Lara). O Programa Adolescente Aprendiz possibilitou anos atrás a inclusão de Luciana no mercado de trabalho formal:

Hoje é o Jovem Aprendiz que acho que fala, naquela época era o Nosso Primeiro Emprego, e daí foi o meu primeiro trabalho, de carteira assinada também (Luciana).

Um dos equipamentos de referência da política de trabalho é o Sistema Nacional de Emprego (Sine), onde o (a) trabalhador(a) consulta vagas de trabalho e dá entrada no seguro desemprego.

Seguro desemprego, então eu pegava meu seguro desemprego, a gente fazia tipo, só coisas pra casa mesmo, então durou, esse dinheiro durou bastante (Alice).

Eu sempre vou no Sine, tanto é que quando eu saí do Kusma que eu fiquei quase três anos lá, faltou 10 dias para dar três anos, que eu fui dar entrada no meu seguro desemprego, no dia que eu fui no Sine, preenchi tudo, já saí com um encaminhamento de vaga de serviço. Que até não recebi, e fui trabalhar... fui fazer entrevista e dois dias depois eu tava trabalhando de novo (Walquiria).

No que cabe à política da assistência social, todas essas mulheres acessam o CRAS e são atendidas com benefícios eventuais. Algumas encontram-se em acompanhamento familiar pelo PAIF (Walquiria, Clarice e Marilda) e outras recebem o benefício do Bolsa Família (Maria, Alice, Luciana e Walquiria). Iara e Maria também já foram participantes em trabalhos coletivos com famílias desempenhados pelo equipamento. Em duas falas aparece de forma mais explícita o atendimento do CRAS com recursos:

A Marina (assistente social) me dá uma cesta de R\$70 por mês, né? Ela começou a me dar depois que eu comecei a frequentar aqui né, porque até então eu nunca tinha precisado, eu não conhecia, eu não sabia nem como que funcionava aqui, né?... Daí depois que eu comecei, eu precisei, porque eu precisava fazer o cartão de isento do ônibus né, para o meu tratamento, daí eu comecei a vir aqui (Marilda).

Tipo, porque sinceramente olha, o dinheiro hoje em dia ... é como se não valesse nada, né?...A gente vai no mercado ali, a cesta mesmo que eu pego com vocês, R\$70, meu Deus, como me ajuda, me ajuda mesmo, a gente vai ali e paga tipo o básico do básico (Alice).

Mesmo sendo estabelecida como um direito na Constituição Federal de 1988, e com a PNAS que visa romper com o assistencialismo, essa visão está muito arraigada, o que faz com que algumas dessas pessoas entendam como um favor e se sintam constrangidas ao precisarem acessar essa política.

Então... tem o dinheiro que entra, não sei eu já ouvi muita gente falar "ah não precisa, pega o auxílio", tem bastante gente que não sabe que eu pego, eu nem comento, sabe? São algumas pessoas, porque tem pessoas que criticam muito. (...) Isso que eu falei pra você, essa parte de eu vir aqui, pedir, meu Deus do céu é, pra mim é muito constrangedor isso, sabe? Daí parece que a gente tem que

ficar se humilhando, pedindo, aí não sei explicar, já fugi totalmente do assunto também (risos) (Aline).

É necessária uma conscientização do público em geral, uma nova forma de pensar essa realidade, de se entender como sujeito de direitos e compreender que o atendimento prestado não é um favor nem caridade.

Mesmo a criação da Política da Assistência Social tendo sido um avanço para o estabelecimento de direitos e atendimento qualificado à população, ela possui seus limites e precisa ser constantemente discutida e aprimorada não apenas em seu texto, mas também em sua gestão e implementação. A PNAS tem como eixo estruturante a matricialidade sociofamiliar, que junto à priorização das mulheres como referência familiar nos programas de transferência de renda pode reforçar a associação do feminino com a função do trabalho reprodutivo e única responsável familiar. Para Guedes *et al.* (2019), essa configuração da política culpabiliza a família e a mulher pelo contexto social em que estão inseridas. Reflexão também realizada por Cavagnoli e Guareschi (2018):

O discurso da garantia de direitos a partir da política pública de assistência social promove uma delimitação e individualização da questão social na família e as intervenções têm uma perspectiva reabilitadora que incidem sobre o comportamento familiar (CAVAGNOLI; GUARESCHI, 2018, p. 121).

Ao atuar nessa política, é importante ter um olhar sócio-histórico para os mecanismos de produção de desigualdade, para não olhar esses sujeitos de forma isolada e responsabilizá-los pelas vulnerabilidades vividas, desconsiderando o contexto histórico e cultural.

Com relação aos desafios do CRAS Fazendinha, que são semelhantes aos outros CRAS na cidade de Curitiba, existe a defasagem de equipe. A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (BRASIL, 2006) prevê que em CRAS de porte médio e grande, de metrópole e Distrito Federal, para cada 5.000 famílias referenciadas deve haver quatro técnicos (as) de nível superior, sendo dois (duas) profissionais assistentes sociais, um(a) psicólogo(a) e um(a) profissional que compõem o SUAS. Atualmente o CRAS Fazendinha conta com três técnicas e 7.369 famílias referenciadas; portanto, há defasagem de um técnico, considerando que este é um dos CRAS de maior território na cidade de Curitiba.

O CRAS é o equipamento onde são realizados os serviços e desenvolvidas as ações do PAIF, sendo que também pode ser o lugar onde são ofertados outros serviços, programas, projetos e benefícios de proteção básica relativos às seguranças de rendimento, autonomia, acolhida, convívio ou vivência familiar e comunitária, e de sobrevivência a riscos circunstanciais (BRASIL, 2009a). Portanto, mesmo com a equipe completa, há uma grande demanda e sobrecarga de trabalho, o que gera adoecimentos, além da complexidade das situações de vulnerabilidade e risco acompanhadas e atendidas, que também contribuem para um desgaste emocional dos(as) servidores (as). A atribuição estabelecida para o CRAS de ser a porta de entrada e referência para os serviços das demais políticas públicas é uma tarefa complexa, pois a articulação intersetorial é um grande desafio, sendo esta fundamental para o desenvolvimento de um trabalho de qualidade que de fato atenda às necessidades dessas famílias.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da epistemologia qualitativa, que orienta para uma metodologia também qualitativa, buscou-se compreender através de um conjunto de pessoas a representação da totalidade deste grupo social ao investigar o sentido do trabalho para mulheres em situação de vulnerabilidade social que se encontram inseridas nas ações do CRAS Fazendinha, localizado no bairro Fazendinha, Regional Portão, município de Curitiba. A epistemologia qualitativa se apresentou como método privilegiado para a apreensão e aproximações dos sentidos atribuídos. Ela empodera o (a) pesquisador(a) como produtor(a) e não apenas reprodutor(a) de conhecimento; ele(a) é ativo(a) e participativo(a) nesse processo construtivo interpretativo. Romper com a visão positivista, arraigada na ciência e, portanto, nos cursos superiores de formação, é um desafio e essa metodologia fornece aparato teórico para que esse questionamento seja feito. A partir desta perspectiva, é uma tecnologia e demonstra que a singularidade também faz parte da ciência.

Com a divisão sexual do trabalho, historicamente atribuiu-se às mulheres um tipo de trabalho específico, o trabalho reprodutivo, que envolve o cuidado com o núcleo familiar. Além disso, elas também precisam arcar com o trabalho produtivo, o que ocorre com frequência de forma precarizada e desigual em relação aos homens. Elas são o principal público a acessar os serviços do CRAS, devido em grande parte a essa responsabilidade assumida, ou imposta, de cuidar da sobrevivência e bem-estar de todos os membros da família. Essas mulheres em vulnerabilidade social são cuidadoras dos filhos, netos, maridos e parentes adoecidos. A expressão das vulnerabilidades é vivenciada em função de diversas interseccionalidades do gênero, e tem uma especial influência em suas subjetividades à reprodução de valores familiares vivenciados. A sua condição social afeta as formações de sentido sobre o trabalho, assim como as diversas áreas de suas vidas e expectativas de futuro. Considerando que a Proteção Social Básica tem por objetivo prevenir situações de risco e que seu princípio fundamental visa atender a população em situação de vulnerabilidade social, é preciso considerar diferentes grupos sociais que, decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de

pertencimento social –, são objeto desta política. Assim, evidências expressas nos discursos destas mulheres afirmam uma maior visibilidade das vulnerabilidades enfrentadas.

O trabalho é um dos aspectos mais importantes da vida humana. Através dele o ser humano se constituiu como tal, fazendo alterações em seu ambiente e ao mesmo tempo sendo alterado por tais modificações. O trabalho é, portanto, produtor de subjetividades e sua importância vai além da geração de renda e da manutenção objetiva da vida e de sua reprodução. Compreender o trabalho humano do ponto de vista da psicologia social é, antes de tudo, analisar que os processos de trabalho implicam em uma duplicação da experiência. Segundo Vygotsky (2004), no movimento das mãos e nas modificações do material, o sujeito repete o que antes havia sido realizado em sua mente. Essa experiência duplicada que permite ao homem uma adaptação ativa ao mundo, ao animal não é possível; desta forma, a experiência humana ocorre de forma histórica e social enquanto uma experiência dotada de sentido e significado para o sujeito. Nesta perspectiva, a pesquisa em seu processo de análise das entrevistas com as mulheres em situação de vulnerabilidade buscou pelos sentidos do trabalho, que é fundante do ser social e vai muito além da característica imediata do valor de uma atividade voltada para a sobrevivência deste grupo social, além da simples geração de renda. O sentido do trabalho afeta a identidade daquele(a) que exerce uma função e tem uma relação direta com aspectos da sociabilidade e do convívio social. Desta forma, o sentido do trabalho para estas mulheres é profundamente marcado por valores de honra, dignidade e liberdade para poderem acessar bens de consumo e serviços, bem como expressivo alívio da sobrecarga de atividades domésticas.

Na perspectiva da subjetividade, pode-se afirmar que existe uma dinâmica entre a subjetividade social e individual que remete ao campo do coletivo, onde valores de classe, visão de mundo e de direitos se integram nas usuárias do CRAS. A organização dinâmica da subjetividade social com a subjetividade individual, através da linguagem, nos permite acessar a singularidade de cada trajetória. A subjetividade individual é aquela dimensão na qual os sentidos veiculados ao trabalho são ressignificados ao longo da vivência histórica e cultural dessas mulheres que frequentam os serviços assistenciais. Um exemplo de singularidade no sentido do trabalho, é uma das entrevistadas

associar o trabalho a um aumento do autocuidado, da preocupação com a beleza e com as práticas de cuidar de si.

Ao refletir sobre como a vulnerabilidade social influencia o sentido de trabalho, identificaram-se impactos vivenciados na subjetividade destas mulheres: vivência de trabalho infantil, função do cuidado, sobrecarga e desvalorização do trabalho doméstico, trabalho precarizado, adoecimento e ausência de lazer. Estas categorias empíricas, embora tratadas didaticamente de forma separada, relacionam-se entre si e se expressam no comportamento destas mulheres, com a produção de sentidos e significados.

Sobre de que forma o sentido do trabalho contribui na busca de autonomia dessas mulheres, verificou-se que em geral elas têm um sentido positivo sobre o trabalho; elas não o rejeitam, elas querem o trabalho e o percebem como caminho para sua autonomia tanto financeira quanto subjetiva. No diálogo com a pesquisadora, constata-se o quanto é essencial o trabalho, e o quanto a sua formalidade é algo desejado, capaz de dotar de sentido a vida e aumentar a segurança pessoal. A vulnerabilidade social não elimina a subjetividade individual, e a assistência social pode ser um caminho para a emergência de um sujeito que busca no trabalho maior autonomia e independência, construindo um sentido de vida.

Sobre identificar as contribuições das ações propostas pela política de assistência social relativas ao trabalho para o público pesquisado, demonstrou-se que as políticas públicas no geral têm potencial de apoio para a superação de vulnerabilidades, como também, em sua ausência ou falta de acesso, contribuem para o agravamento dessas situações, gerando uma violação de direitos. Referindo-se diretamente à questão de percepção de dignidade, considerou-se que a situação social de vulnerabilidade e a dependência econômica de auxílio podem representar impactos na subjetividade e no sentido atribuído ao trabalho, no que diz respeito à questão de sobrevivência. O fato de buscarem recursos na assistência social é encarado com certo constrangimento por vezes, por não compreenderem a natureza da assistência social como um direito. Há uma representação do CRAS, subjetivamente apropriada pelo coletivo de mulheres, como um lugar de favor e não de direitos. Ao mesmo tempo que o auxílio garante a sustentação existencial do sujeito, o trabalho transcende em muito o valor recebido, pois este se relaciona como um posicionamento do

sujeito no mundo social como um ser mais autônomo e centrado na constituição de sua própria vida.

A política da assistência pode tomar diferentes formas dependendo da subjetividade do(a) profissional que atua no campo e de seu olhar sobre a constituição da subjetividade. É preciso abordar um plano de ação para a autonomia, criar uma boa avaliação técnica que contribua para a política de fato funcionar. Portanto, ao identificar as contribuições das ações propostas pela política de assistência social relativas ao trabalho para o público pesquisado, percebe-se que o CRAS é uma fonte importante de base de diálogos, no entanto, os problemas enfrentados no dia a dia na implementação do trabalho, são empecilhos para o desenvolvimento de ações na íntegra como são propostas. Dessa forma, essa dissertação pode contribuir para visibilizar o trabalho do(a) psicólogo(a) e a importância de sua presença nesse contexto, rompendo com práticas tradicionais e lançando um olhar para as subjetividades, tanto sociais quanto individuais, ao ser realizada sua intervenção. É necessário assumir o seu papel como agente transformador da realidade, com a função de auxiliar na conscientização desse público em uma perspectiva interdisciplinar.

Realizar um processo de mestrado é um grande desafio. Por não possuir direito à licença para estudo, foi necessário "equilibrar os pratos" entre trabalho, família e estudo, o que certamente trouxe limites à pesquisa. Porém, atuar na prática na política de assistência social há 15 anos, foi uma grande vantagem, pois permitiu uma reflexão mais amadurecida dos processos vivenciados no dia a dia de trabalho, o que permitiu uma construção e fortalecimento de uma práxis cada vez mais fundamentada. É importante entender que a criação e implantação da Política Nacional de Assistência Social, com a implementação do SUAS, foi um grande avanço na garantia de direitos. É papel do profissional, porém, ter um olhar crítico sobre esta para que discussões ocorram e ela possa ser aprimorada constantemente.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, Maria de Fátima Pereira; SANTOS, Denise Pereira dos. Trabalho infantil e desenvolvimento: reflexões à luz de Vigotski. **Psicologia em estudo**, v. 16, n. 2, p. 209-218, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/GSqxVKZ57wRDVv3Yy7D3gJB/?lang=pt>. Acesso em 24 de abril de 2022.

ANDRADE, Cristiano de Jesus; PRAUN, Lucineida Dovão; AVOGLIA, Hilda Rosa Capelão. O sentido do trabalho para mulheres após a licença maternidade: um estudo com profissionais de educação. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, v. 39, n. 2, p. 147-158, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-54432018000200004. Acesso em 24 de abril de 2022.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio Sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2013.

BARBOSA, Werena de Oliveira; LEITE, Jessica Suellin Nogueira; SOUZA, Bertulino José. A romantização da pobreza e o papel social da mulher: um estudo sobre suas representações. **Revista FSA**, v. 18, n. 9, 2021. Disponível em: <http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/2366>. Acesso em 22 de abril de 2022.

BARROS, Sabrina Cavalcanti; ÁLVARO, José Luis; BORGES, Livia de Oliveira. Significados do trabalho e do dinheiro: quais suas funções sociais? **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 18, n. 1, p. 282-290, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572018000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 24 de abril de 2022.

BARTHOLO, Letícia; PASSOS, Luana; FONTOURA, Natália. Bolsa Família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais?. **Cadernos Pagu**, n. 55, e195525, 2019. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/18094449201900550025>. Acesso em 24 de abril de 2022.

BATTISTELLI, Bruna Moraes; RODRIGUES, Luciana; CRUZ, Lilian Rodrigues da. A Política de Assistência Social: relações entre vulnerabilidade, risco e autonomia. **Revista Polis e Psique**, v. 8, n. 3, p. 88-110, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2238-152X.88114>. Acesso em 22 de abril de 2022.

BENDASSOLLI, Pedro F.; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Significados, sentidos e função psicológica do trabalho: Discutindo essa tríade conceitual e seus desafios metodológicos. **Avances en Psicología Latinoamericana**, vol. 32, n. 1, p. 131-147, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/apl/v32n1/v32n1a10.pdf>. Acesso em 22 de abril de 2022.

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. **Referência Técnicas para atuação de psicólogos (as) no CRAS**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2021. 180 p.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social**, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, e legislação correlata. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013. 156 p.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006. Aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único

de Assistência Social – NOB-RH/SUAS. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 dez. 2006.

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. **Referência Técnicas para atuação de psicólogos (as) no CRAS**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2021. 180 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas – Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho/ACESSUAS Trabalho**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2013. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Acessuas.pdf. Acesso em 22 de abril de 2022.

BRASIL. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009a. 72 p.

BRASIL. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 nov. 2009b.

BUSS, Paulo Marchiori; PELLEGRINI FILHO, Alberto. A saúde e seus determinantes sociais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 17, n. 1, p. 77-93, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312007000100006>. Acesso em 22 de abril de 2022.

CAVAGNOLI, Karen Cristina; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. Itinerários possíveis da política de assistência social: garantia de direitos e governamentalidade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 18, n. 1, p. 114-126, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/epp.2018.38112>. Acesso em 22 de abril de 2022.

CAVALCANTI, Natália C. Silva Barros; BAÍÁ, Deylane Corrêa Pantoja. Ser mãe no mundo do trabalho: notas sobre os desafios da reinserção de mulheres no mercado de trabalho após a experiência de maternidade. In: **Seminário 13º Mundos de Mulheres & Fazendo Gênero 11**, 2017, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499457316_ARQUIVO_Sermaenomundodotrabalho.pdf. Acesso em 22 de abril de 2022.

COELHO, Alexa Pupiara Flores; BECK, Carmem Lúcia Colomé; SILVA, Rosângela Marion da; PRESTES, Francine Cassol; CAMPONOGARA, Silviamar; PESERICO, Anahlú. Satisfação e insatisfação no trabalho de catadoras de materiais recicláveis: estudo convergente-assistencial. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 70, n. 2, p. 384-391, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0325>. Acesso em 12 de maio de 2022.

CORCETTI, Elisabete; LORETO, Maria das Dores Saraiva de. O discurso político sobre a qualificação profissional de mulheres desfavorecidas: emancipação ou hegemonia? **Cadernos EBAPE.BR**, v. 15, n. 2, Artigo 10, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/qWvHtBfSfSBFZbzLxmHd65m/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 24 de abril de 2022.

CORCETTI, Elisabete; SOUZA, Susane Petinelli; LORETO, Maria das Dores Saraiva de. O “Programa Mulheres Mil” no Espírito Santo: uma política pública educacional de equidade de gênero? **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 26, n. 100, p. 911-943, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362018002601027>. Acesso em 24 de abril de 2022.

COSTA, Fabiana Alves da. Mulher, trabalho e família: os impactos do trabalho na subjetividade da mulher e em suas relações familiares. **Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 3, n. 6, p. 434-452, 2018. Disponível em:

<https://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/15986>. Acesso em 24 de abril de 2022.

DAGNINO, Renato. Os estudos sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade e a abordagem da análise de política: teoria e prática. **Ciência & Ensino**, vol. 1, n. especial, 2007.

DAGNINO, Renato. **Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas**. Florianópolis: Insular, 2014.

DIAS, Maria Sara de Lima. A intervenção e as Dimensões da Práxis em Psicologia Social Comunitária. In: DIAS, Maria Sara de Lima; BEATRIZ, Marilene Zazula (Org.). **Práticas do Psicólogo em Políticas Públicas**. Curitiba: Juruá, 2015.

DIAS, Maria Sara de Lima. **Sentidos do trabalho e sua relação com o projeto de vida de universitários**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Florianópolis, 270 p., 2009.

DOURADO, Denise Martins; ROLIM, Josiane Alves; AHNERT, Neli Machado de Souza; GONZAGA, Neuzilane Medeiros; BATISTA, Eraldo Carlos. Ansiedade e depressão em cuidador familiar de pessoa com transtorno mental. **ECOS - Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, v. 8, n. 1, p. 153-167, 2018. Disponível em: <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/2377>. Acesso em 24 de abril de 2022.

DUPONT, Shirley Lori. O espaço das mulheres: a exploração e precarização na nova divisão sexual do trabalho. In: **Encontro Humanidades na Fronteira: Imaginários e Cultura Latino-Americanas**, 2017, Foz do Iguaçu. Anais [...]. Foz do Iguaçu: UNILA, 2017. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/3577/Artigos%20Huma>

[nidades_%20563-575.pdf?sequence=1&isAllowed=y](#). Acesso em 22 de abril de 2022.

ESTIVALETE, Vania de Fátima Barros; ANDRADE, Tais de; COSTA, Vivian Flores. Contribuições do empreendedorismo social para o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 17, n. 2, p. 172-191, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.21529/RECADM.2018007>. Acesso em 22 de abril de 2022.

FAS - FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL DE CURITIBA. **Base Social CRAS Fazendinha - junho de 2023**. Banco de dados criado por Jorge Veloso de Lima Junior. Disponível para consulta institucional - Intranet FAS; 2023a. Acesso em setembro de 2023.

FAS - FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL DE CURITIBA. **Folha de Pagamento do Programa Bolsa Família - setembro de 2023**. Banco de dados criado por Jorge Veloso de Lima Junior. Disponível para consulta institucional - Intranet FAS; 2023b. Acesso em setembro de 2023.

FIGUEIRÓ, Paola Schmitt; BESSI, Vânia Gisele. Sentido do trabalho: a percepção de empreendedores sociais de cooperativas de reciclagem. **Revista Gestão & Conexões**, v. 9, n. 1, p. 50-72, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.13071/regec.2317-5087.2020.9.1.27379.50-72>. Acesso em 22 de abril de 2022.

FREIRE, Marcella Eduarda Viera. **As determinações sociais do adoecimento mental das mulheres**. Monografia - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 70 p., 2023.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal. Políticas públicas e psicologia social comunitária: interfaces e desafios. In: DIAS, Maria Sara de Lima; BEATRIZ, Marilene Zazula. **Práticas do Psicólogo em Políticas Públicas**. Curitiba: Juruá, 2015. p. 29-42.

GARCÍA PALACIOS, Eduardo Marino; LINSINGEN, Irlan von; GONZÁLEZ GALBARTE, Juan Carlos; LÓPEZ CERREZO, José Antonio; LUJÁN, José Luis; PEREIRA, Luiz Teixeira do Vale; et al. Introdução aos estudos CTS: ciência, tecnologia e sociedade. Espanha: OEI, 2003 (Cadernos Ibero-América). Disponível em: https://docentes.ifrn.edu.br/albinonunes/disciplinas/ciencia-tecnologia-e-sociedade-especializacao-em-educacao/livro-introducao-aos-estudos-cts/at_download/file. Acesso em 28 de março de 2023.

GEMMA, Sandra Francisca Bezerra; FUENTES-ROJAS, Marta; SOARES, Maurílio José Barbosa. Agentes de limpeza terceirizados: entre o ressentimento e o reconhecimento. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, 2017, v. 42, e4, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6369000006016>. Acesso em 22 de abril de 2022.

GUEDES, Brena Kecia Sales; SILVA, Francicas Kecia Lisboa da; COSTA, Geiza Rodrigues da; SOARES, Josevan Beviláqua; SILVA, Marinelsa Nunes de Sousa; SOUSA, Jamyle Martins de. O Programa Criança Feliz: o reforço ao familismo na Política de Assistência Social. In: **16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, 2019, Brasília. Anais [...]. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1667/1627>. Acesso em 22 de abril de 2022.

GUEDES, Simone Alves. **Carreira e conjugalidade: a percepção da mulher sobre a influência da relação conjugal no desenvolvimento de sua carreira**. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 315 p., 2017.

GONZÁLEZ REY, Fernando. As categorias de sentido, sentido pessoal e sentido subjetivo: sua evolução e diferenciação na teoria histórico-cultural. **Psicologia da Educação**, n. 24, p.115-179, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psie/n24/v24a11.pdf>. Acesso em 22 de abril de 2022.

GONZÁLEZ REY, Fernando. La categoría de sentido subjetivo y su significación en la construcción del pensamiento psicológico. **Contrapontos**, v. 1, n. 2, p. 13-

28, 2001. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rc/article/view/55>. Acesso em 22 de abril de 2022.

GONZÁLEZ REY, Fernando. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação**. São Paulo: Cengage Learning, 2005.

GUARESCHI, Pedrinho A. Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 141-156.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**, n. 17-18, p. 139-156, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332002000100006>. Acesso em 22 de abril de 2022.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>. Acesso em 22 de abril de 2022.

HIRATA, Helena. **O cuidado: teorias e práticas**. São Paulo: Boitempo, 2022. 144 p.

INDA, Adelina Escobar. **O impacto dos determinantes sociais no adoecimento mental das mulheres**. Monografia - Universidade Federal do Pampa, Curso de Serviço Social. São Borja, 54 p., 2018.

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC (2023). **Mapa de Assistência Social - Território CRAS Fazendinha**. Disponível em: <https://geocuritiba.ippuc.org.br/portal/apps/sites/#/geocuritiba/datasets/8f1a4c0ddc9349e0bfadccdbdf4b9cca>. Acesso em outubro de 2023.

KURZ, Marcio Rogério; LUZ, Nanci Stancki da. Divisão sexual do trabalho no Brasil: mulher cuidadora e homem provedor? **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, v. 8, n. 29/30, p. 55-63, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3895/cgt.v8n29/30.6127>. Acesso em 22 de abril de 2022.

MACEDO, Shirley. Ser mulher trabalhadora e mãe no contexto da pandemia COVID-19: tecendo sentidos. **Revista do NUFEN**, v. 12, n. 2, p. 187-204, 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rnufen/v12n2/a12.pdf>. Acesso em 11 de maio de 2022.

MARTIN-BARÓ, Ignácio. O papel do Psicólogo. **Estudos de Psicologia**, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002>. Acesso em 22 de abril de 2022.

MENZ, Dione Maria; CAMARGO, Denise de. Psicólogos nas Políticas Públicas de Assistência Social: atuação em CRAS e interface com formação acadêmica. **Psicologia Argumento**, v. 38, n. 101, p. 431-449, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.7213/psicolargum.38.101.AO02>. Acesso em 22 de abril de 2022.

MONTEIRO, Rodrigo Padrini; ARAÚJO, José Newton Garcia de; MOREIRA, Maria Ignez Costa. Você, dona de casa: trabalho, saúde e subjetividade no espaço doméstico. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 13, n. 4, p. 1-14, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v13n4/02.pdf>. Acesso em 22 de abril de 2022.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. O marco conceitual da vulnerabilidade social. **Sociedade em Debate**, v. 17, n. 2, p. 29-40, 2012. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/695>. Acesso em 10 de maio de 2022.

MORIN, Estelle M. Os sentidos do trabalho. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, v. 41, n. 3, p. 8-19, 2001. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S0034-75902001000300002>. Acesso em 28 de março de 2023.

PAUGAM, Serge. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais- uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 67-86.

PAULON, Simone Manieri; ROMAGNOLI, Roberta. Quando a vulnerabilidade se faz potência. **Interação em Psicologia**, vol. 22, n. 3, p. 178-187, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v22i3.56045>. Acesso em 22 de abril de 2022.

SANCHES, Wilner Arbey Riascos. **Significados e sentidos de trabalho e carreira de trabalhadores em seis países das Américas**. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 177 p., 2017.

SANTOS, Luciana da Silva; DINIZ, Gláucia Ribeiro Starling. Saúde mental de mulheres donas de casa: um olhar feminista-fenomenológico-existencial. **Psicologia Clínica**, v. 30, n. 1, p. 37-59, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pc/v30n1/03.pdf>. Acesso em 12 de maio de 2022.

SANTOS, Shirley Alves dos; CARNUT, Leonardo. Trabalho, sentidos e saúde mental: percepção de participantes em um projeto para geração de renda. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, v. 39, n. 2, p. 159-180, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/sem/v39n2/a05.pdf>. Acesso em 11 de maio de 2022.

SAWAIA, Bader. Introdução: exclusão ou inclusão preversa. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2002a. p. 7-15.

SAWAIA, Bader. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética inclusão/exclusão. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da**

exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2002b. p. 97-118.

SILVA, Christiane Leolina Lara; ARAÚJO, José Newton Garcia de; MOREIRA, Maria Ignez Costa; BARROS, Vanessa Andrad. O trabalho de empregada doméstica e seus impactos na subjetividade. **Psicologia em Revista**, v. 23, n. 1, p. 454-470, 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v23n1/v23n1a28.pdf>. Acesso em 12 de maio de 2022.

SILVA, Lisiane Lawson Terra da. Risco e vulnerabilidade social feminina. **RELA Cult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, vol. 4, ed. esp., art. 972, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.23899/relacult.v4i0.972>. Acesso em 12 de maio de 2022.

SILVA, Marcos Antônio da; AZEVEDO, Adriano Valério dos Santos. Mulheres em projetos comunitários: redes sociais significativas e a promoção da saúde. **Estudos de Psicologia**, v. 25, n. 4, p. 436-448, 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epsic/v25n4/a07v25n4.pdf>. Acesso em 11 de maio de 2022.

SOUZA, Karine Nogueira de. O empoderamento para a mulher em vulnerabilidade social. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, v. 9, n. 1, p. 141-161, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rgpp/article/view/175917>. Acesso em 22 de abril de 2022.

SPINELLI-DE-SÁ, Julianna Gripp; LEMOS, Ana Heloisa da Costa. Sentido do trabalho: análise da produção científica brasileira. **Revista ADM.MADE**, v. 21, n. 3, p. 21-39, 2017. Disponível em: <http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/admmade/article/view/4386>. Acesso em 22 de abril de 2022.

TAVARES, Patrícia Martins, ARAUJO, Jair Jonko. O Programa Mulheres Mil como uma possibilidade de autonomia para mulheres em vulnerabilidade social.

RELACult - Revista Latino-Americana De Estudos Em Cultura E Sociedade, v. 4, ed. esp., art. 758, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.23899/relacult.v4i0.758>. Acesso em 22 de abril de 2022.

VENÂNCIO, Marina Junqueira; FELIPPE, Andreia Monteiro. As contribuições da psicologia no combate ao trabalho infantil. **Cadernos de Psicologia**, v. 4, n. 7, p.146-162, 2022. Disponível em: <https://seer.uniacademia.edu.br/index.php/cadernospsicologia/article/view/3272>. Acesso em 22 de abril de 2022.

VÉRAS, Maura. Exclusão social - um problema brasileiro de 500 anos. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 27-52.

VICENTE, Teresa Aracena. **As mulheres e seus tempos: dupla jornada de trabalho, cuidado de si e lazer na promoção de saúde**. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 235 p., 2018.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, Bader (org). **As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 16-26.

WINTERS, Joanara Rozane de Fontoura; HEIDEMANN, Ivonete Teresinha Schülter Buss; MAIA, Ana Rosete Camargo Rodrigues; DURAND, Michelle Kuntz. O empoderamento das mulheres em vulnerabilidade social. **Revista de Enfermagem Referência**, série IV, n. 18, p. 83-92, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.12707/RIV18018>. Acesso em 24 de abril de 2022.

ANEXO I

ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Informações sobre o perfil da entrevistada, identificação:

Identificação:

Data de nascimento:

Cor/raça:

Escolaridade:

Estado civil:

Quem reside com a pessoa na casa:

Este roteiro de perguntas abordará os seguintes temas:

1. Conte-me em linhas gerais a sua história profissional.
2. O que significa o trabalho para você?
3. Quais são seus projetos e sonhos na área profissional?
4. Quais as dificuldades encontradas no seu cotidiano e que estratégias de geração de renda você adota atualmente para sobreviver.